

Cargas de etanol e charque avaliadas em R\$ 3,38 milhões são apreendidas

As fraudes identificadas nos últimos dias apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas



20/05/2022 10:00

1 hora e 1 minuto

Tribuna da Bahia, Salvador



Foto: Divulgação

A Operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), intensifica a atuação contra a fraude e a sonegação fiscal no trânsito de mercadorias, em especial as oriundas de outros estados. Entre o último sábado (14) e a segunda-feira (16), as equipes do fisco baiano interceptaram seis cargas irregulares, das quais três de etanol e três de charque, num total de R\$ 3,38 milhões em mercadorias. As cargas foram interceptadas por unidades fiscais nos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada.

Para realizar o monitoramento deste tipo de crime, as equipes da Sefaz-BA em atuação nas rodovias baianas vêm sendo ampliadas e tomam como base os cruzamentos de dados constantes nos documentos fiscais eletrônicos, além de indícios gerados pelo intercâmbio de informações envolvendo um grupo especializado de servidores de vários fiscos estaduais, com apoio ainda dos postos da Polícia Rodoviária Federal. Os indícios apurados apontam para a prática de operações fictícias, especialmente com destinação de mercadorias para empresas de fachada, quando o real destinatário é outro contribuinte.

Etanol fora de rota

As fraudes identificadas nos últimos dias pela operação Fechando o Cerco apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas envolvidas. No caso do etanol, as notas fiscais eletrônicas relativas a 135 mil litros do produto, num valor total de R\$ 675 mil, indicavam

como remetente um contribuinte de Goiás, e como destinatário estabelecimento localizado em São Paulo.

As três carretas foram abordadas em pontos diferentes da Bahia: uma na cidade de Encruzilhada, a segunda no posto fiscal de Vitória da Conquista e a terceira no posto da Polícia Rodoviária Federal na BR 116 Sul, em Feira de Santana. O fato de que a carga estava totalmente fora de rota indicou às equipes de fiscalização que a mercadoria seria entregue em local diverso do descrito no documento fiscal. O ICMS devido por uma das carretas, no valor de R\$ 43 mil, foi pago. As demais carretas seguem retidas no posto fiscal de Vitória da Conquista.

As cargas de charque, no valor total de R\$ 2,7 milhões, foram interceptadas no posto fiscal de Vitória da Conquista. Duas carretas provenientes de Minas Gerais tinham destinatários de outros estados, Goiás e Pará, enquanto o destino da terceira era na própria Bahia. Todos os endereços, no entanto, estavam irregulares e não foram localizados por averiguações realizadas pelos fiscos dos respectivos estados a pedido da Sefaz-BA, que também não localizou o endereço na Bahia. As cargas de duas carretas tiveram o ICMS pago, somando R\$ 307 mil ao todo. A terceira segue retida no posto fiscal de Conquista.

Responsabilização criminal

A depender do tipo de irregularidade constatada, a carga poderá ser submetida aos procedimentos da força-tarefa. O responsável pela mercadoria pode ser, inclusive, responsabilizado criminalmente por meio de inquérito instaurado pela Polícia Civil. “A força-tarefa consolidou-se como um importante instrumento de combate à fraude e à sonegação fiscal, além de contribuir para o estímulo ao pagamento do imposto após conclusão da ação fiscal”, afirmou Eraldo Santana, gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-BA.

Visando atender às demandas originadas pelo monitoramento das cargas desde o momento da emissão dos documentos fiscais eletrônicos, a Sefaz-BA escalou, de acordo com Eraldo Santana, nove equipes de unidades móveis em apoio aos principais postos fiscais do Estado. De forma ininterrupta e em escala de revezamento, estas equipes vêm executando ações como controle do pátio e das pistas de entrada e saída das unidades fiscais, com especial atenção às cargas oriundas das regiões Sul e Sudeste do país.

R\$ 14 milhões recuperados

Nos últimos 24 meses, a força-tarefa da operação Fechando o Cerco interceptou ao todo 35 cargas irregulares, o que levou à recuperação de mais de R\$ 14 milhões em imposto sonegado. A maioria das operações ocorreu em Vitória da Conquista. Outros municípios com registros de apreensões foram Feira de Santana, Barreira e Luis Eduardo Magalhães.

Apenas uma ação fiscal envolvendo a apreensão de 765 caixas de cigarro sem qualquer documentação fiscal culminou na constituição de crédito tributário no montante de R\$ 1,071 milhão.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 19/05/2022	Coluna: Economia



BAHIA: AVALIADAS EM R\$ 3,38 MI, CARGAS IRREGULARES DE ETANOL E CHARQUE SÃO INTERCEPTADAS



19 Maio, 2022

O total de seis cargas irregulares, três de etanol e três de charque, foi interceptado por agentes fiscais nos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada, Entre o último sábado (14) e a segunda-feira (16). A informação foi divulgada nesta quinta-feira, 19, pela **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**. As mercadorias estão avaliadas em R\$ 3,38 milhões.

As interceptações fazem parte da Operação Fechando o Cerco, da Sefaz-BA, que visa combater a fraude e a sonegação fiscal no trânsito de mercadorias, em especial as oriundas de outros estados. Os indícios apurados apontam para a prática de operações fictícias, especialmente com destinação de mercadorias para empresas de fachada, quando o real destinatário é outro contribuinte.

As fraudes identificadas nos últimos dias pela operação Fechando o Cerco apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas envolvidas. No caso do etanol, as notas fiscais eletrônicas relativas a 135 mil litros do produto, num valor total de R\$ 675 mil, indicavam como remetente um contribuinte de Goiás, e como destinatário estabelecimento localizado em São Paulo. O ICMS devido por uma das carretas, no valor de R\$ 43 mil, foi pago. As demais carretas seguem retidas no posto fiscal de Vitória da Conquista.

As cargas de charque, no valor total de R\$ 2,7 milhões, foram interceptadas no posto fiscal de Vitória da Conquista. Duas carretas provenientes de Minas Gerais tinham destinatários de outros estados, Goiás e Pará, enquanto o destino da terceira era na própria Bahia. Todos os endereços, no entanto, estavam irregulares. As cargas de duas carretas tiveram o ICMS pago, somando R\$ 307 mil ao todo. A terceira segue retida no posto fiscal de Conquista.

Veículo: Gov Bahia	Caderno: Notícias
Data: 19/05/2022	



Sefaz-BA intercepta cargas irregulares de etanol e charque avaliadas em R\$ 3,38 milhões

19 maio 2022



Foto: Divulgação

A Operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), intensifica a atuação contra a fraude e a sonegação fiscal no trânsito de mercadorias, em especial as oriundas de outros estados. Entre o último sábado (14) e a segunda-feira (16), as equipes do fisco baiano interceptaram seis cargas irregulares, das quais três de etanol e três de charque, num total de R\$ 3,38 milhões em mercadorias. As cargas foram interceptadas por unidades fiscais nos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada.

Para realizar o monitoramento deste tipo de crime, as equipes da Sefaz-BA em atuação nas rodovias baianas vêm sendo ampliadas e tomam como base os cruzamentos de dados constantes nos documentos fiscais eletrônicos, além de indícios gerados pelo intercâmbio de informações envolvendo um grupo especializado de servidores de vários fiscos estaduais, com apoio ainda dos postos da Polícia Rodoviária Federal. Os indícios apurados apontam para a prática de operações fictícias, especialmente com destinação de mercadorias para empresas de fachada, quando o real destinatário é outro contribuinte.

Etanol fora de rota

As fraudes identificadas nos últimos dias pela operação Fechando o Cerco apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas envolvidas. No caso do etanol, as notas fiscais eletrônicas relativas a 135 mil litros do produto, num valor total de R\$ 675 mil, indicavam como remetente um contribuinte de Goiás, e como destinatário estabelecimento localizado em São Paulo.

As três carretas foram abordadas em pontos diferentes da Bahia: uma na cidade de Encruzilhada, a segunda no posto fiscal de Vitória da Conquista e a terceira no posto da Polícia Rodoviária Federal na BR 116 Sul, em Feira de Santana. O fato de que a carga estava totalmente fora de rota indicou às equipes de fiscalização que a mercadoria seria entregue em local diverso do descrito no documento fiscal. O ICMS devido por uma das carretas, no valor de R\$ 43 mil, foi pago. As demais carretas seguem retidas no posto fiscal de Vitória da Conquista.



Foto: Divulgação

As cargas de charque, no valor total de R\$ 2,7 milhões, foram interceptadas no posto fiscal de Vitória da Conquista. Duas carretas provenientes de Minas Gerais tinham destinatários de outros estados, Goiás e Pará, enquanto o destino da terceira era na própria Bahia. Todos os endereços, no entanto, estavam irregulares e não foram localizados por averiguações realizadas pelos fiscos dos respectivos estados a pedido da Sefaz-BA, que também não localizou o endereço na Bahia. As cargas de duas carretas tiveram o ICMS pago, somando R\$ 307 mil ao todo. A terceira segue retida no posto fiscal de Conquista.

Responsabilização criminal

A depender do tipo de irregularidade constatada, a carga poderá ser submetida aos procedimentos da força-tarefa. O responsável pela mercadoria pode ser, inclusive, responsabilizado criminalmente por meio de inquérito instaurado pela Polícia Civil. “A força-tarefa consolidou-se como um importante instrumento de combate à fraude e à sonegação fiscal, além de contribuir para o estímulo ao pagamento do imposto após conclusão da ação fiscal”, afirmou Eraldo Santana, gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-BA.

Visando atender às demandas originadas pelo monitoramento das cargas desde o momento da emissão dos documentos fiscais eletrônicos, a Sefaz-BA escalou, de acordo com Eraldo Santana, nove equipes de unidades móveis em apoio aos principais postos fiscais do Estado. De forma ininterrupta e em escala de revezamento, estas equipes vêm executando ações como controle do pátio e das pistas de entrada e saída das unidades fiscais, com especial atenção às cargas oriundas das regiões Sul e Sudeste do país.

R\$ 14 milhões recuperados

Nos últimos 24 meses, a força-tarefa da operação Fechando o Cerco interceptou ao todo 35 cargas irregulares, o que levou à recuperação de mais de R\$ 14 milhões em imposto sonegado. A maioria das operações ocorreu em Vitória da Conquista. Outros municípios com registros de apreensões foram Feira de Santana, Barreira e Luis Eduardo Magalhães.

Apenas uma ação fiscal envolvendo a apreensão de 765 caixas de cigarro sem qualquer documentação fiscal culminou na constituição de crédito tributário no montante de R\$ 1,071 milhão.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: INFORME BAIANO

Canal de Comunicação:
INTERNET

Seção:
NOTÍCIAS

Título: Sefaz-BA intercepta cargas irregulares de etanol e charque avaliadas em R\$ 3,38 milhões

Data: 19/05/2022

Link: <https://informebaiano.com.br/257562/noticia/sefaz-ba-intercepta-cargas-irregulares-de-etanol-e-charque-avaliadas-em-r-338-milhoes>



A Operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), intensifica a atuação contra a fraude e a sonegação fiscal no trânsito de mercadorias, em especial as oriundas de outros estados. Entre o último sábado (14) e a segunda-feira (16), as equipes do fisco baiano interceptaram seis cargas irregulares, das quais três de etanol e três de charque, num total de R\$ 3,38 milhões em mercadorias. As cargas foram interceptadas por unidades fiscais nos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada. Para realizar o monitoramento deste tipo de crime, as equipes da Sefaz-BA em atuação nas rodovias baianas vêm sendo ampliadas e tomam como base os cruzamentos de dados constantes nos documentos fiscais eletrônicos, além de indícios gerados pelo intercâmbio de informações envolvendo um grupo especializado de servidores de vários fiscos estaduais, com apoio ainda dos postos da Polícia Rodoviária Federal. Os indícios apurados apontam para a prática de operações fictícias, especialmente com destinação de mercadorias para empresas de fachada, quando o real destinatário é outro contribuinte. Etanol fora de rota As fraudes identificadas nos últimos dias pela operação Fechando o Cerco apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas envolvidas. No caso do etanol, as notas fiscais eletrônicas relativas a 135 mil litros do produto, num valor total de R\$ 675 mil, indicavam como remetente um contribuinte de Goiás, e como destinatário estabelecimento localizado em São Paulo. As três carretas foram abordadas em pontos diferentes da Bahia: uma na cidade de Encruzilhada, a segunda no posto fiscal de Vitória da Conquista e a terceira no posto da Polícia Rodoviária Federal na BR 116 Sul, em Feira de Santana. O fato de que a carga estava totalmente fora de rota indicou às equipes de fiscalização que a mercadoria seria entregue em local diverso do descrito no documento fiscal. O ICMS devido por uma das carretas, no valor de R\$ 43 mil, foi pago. As demais carretas seguem retidas no posto fiscal de Vitória da Conquista. As cargas de charque, no valor total de R\$ 2,7 milhões, foram interceptadas no posto fiscal de Vitória da Conquista. Duas carretas provenientes de Minas Gerais tinham destinatários de outros estados, Goiás e Pará, enquanto o destino da terceira era na própria Bahia. Todos os endereços, no entanto, estavam irregulares e não foram localizados por averiguações realizadas pelos fiscos dos respectivos estados a pedido da Sefaz-BA, que também não localizou o endereço na Bahia. As cargas de duas carretas tiveram o ICMS pago, somando R\$ 307 mil ao todo. A terceira segue retida no posto fiscal de Conquista. Responsabilização criminal A depender do tipo de irregularidade constatada, a carga poderá ser submetida aos procedimentos da força-tarefa. O responsável pela mercadoria pode ser, inclusive, responsabilizado criminalmente por meio de inquérito instaurado pela Polícia Civil. "A força-tarefa consolidou-se como um importante instrumento de combate à fraude e à sonegação fiscal, além de contribuir para o estímulo ao pagamento do imposto após conclusão da ação fiscal", afirmou Eraldo Santana, gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-BA. Visando atender às demandas originadas pelo monitoramento das cargas desde o momento da emissão dos documentos fiscais eletrônicos, a Sefaz-BA escalou, de acordo com Eraldo Santana, nove equipes de unidades móveis em apoio aos principais postos fiscais do Estado. De forma ininterrupta e em escala de revezamento, estas equipes vêm executando ações como controle do pátio e das pistas de entrada e saída das unidades fiscais, com especial atenção às cargas oriundas das regiões Sul e Sudeste do país. R\$ 14 milhões recuperados Nos últimos 24 meses, a força-tarefa da operação Fechando o Cerco interceptou ao todo 35 cargas irregulares, o que levou à recuperação de mais de R\$ 14 milhões em imposto sonegado. A maioria das operações ocorreu em Vitória da Conquista. Outros municípios com registros de apreensões foram Feira de Santana, Barreira e Luis Eduardo Magalhães. Apenas uma ação fiscal envolvendo a apreensão de 765 caixas de cigarro sem qualquer documentação fiscal culminou na constituição de crédito tributário no montante de R\$ 1,071 milhão.

Veículo: DE OLHO NA CIDADE

Canal de Comunicação:
INTERNET

Título: Cargas de celulares irregulares de etanol e charque avaliadas em R\$ 3,38 milhões são interceptadas pela Sefaz-BA

Data: 19/05/2022

Link: <https://deolhonacidade.net/cargas-de-celulares-irregulares-de-etanol-e-charque-avaliadas-em-r-338-milhoes-sao-interceptadas-pela-sefaz-ba%ef%bf%bc/>



Cargas de celulares irregulares de etanol e charque avaliadas em R\$ 3,38 milhões são interceptadas pela Sefaz-BA? As fraudes identificadas nos últimos dias pela operação Fechando o Cerco apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas envolvidas 19/05/2022 17h18 A Operação Fechando o Cerco, da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), intensifica a atuação contra a fraude e a sonegação fiscal no trânsito de mercadorias, em especial as oriundas de outros estados. Entre o último sábado (14) e a segunda-feira (16), as equipes do fisco baiano interceptaram seis cargas irregulares, das quais três de etanol e três de charque, num total de R\$ 3,38 milhões em mercadorias. As cargas foram interceptadas por unidades fiscais nos municípios de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Encruzilhada. Para realizar o monitoramento deste tipo de crime, as equipes da Sefaz-BA em atuação nas rodovias baianas vêm sendo ampliadas e tomam como base os cruzamentos de dados constantes nos documentos fiscais eletrônicos, além de indícios gerados pelo intercâmbio de informações envolvendo um grupo especializado de servidores de vários fiscos estaduais, com apoio ainda dos postos da Polícia Rodoviária Federal. Os indícios apurados apontam para a prática de operações fictícias, especialmente com destinação de mercadorias para empresas de fachada, quando o real destinatário é outro contribuinte. Etanol fora de rota As fraudes identificadas nos últimos dias pela operação Fechando o Cerco apresentavam inconsistências no trajeto das cargas ou no cadastro das empresas envolvidas. No caso do etanol, as notas fiscais eletrônicas relativas a 135 mil litros do produto, num valor total de R\$ 675 mil, indicavam como remetente um contribuinte de Goiás, e como destinatário estabelecimento localizado em São Paulo. As três carretas foram abordadas em pontos diferentes da Bahia: uma na cidade de Encruzilhada, a segunda no posto fiscal de Vitória da Conquista e a terceira no posto da Polícia Rodoviária Federal na BR 116 Sul, em Feira de Santana. O fato de que a carga estava totalmente fora de rota indicou às equipes de fiscalização que a mercadoria seria entregue em local diverso do descrito no documento fiscal. O ICMS devido por uma das carretas, no valor de R\$ 43 mil, foi pago. As demais carretas seguem retidas no posto fiscal de Vitória da Conquista. As cargas de charque, no valor total de R\$ 2,7 milhões, foram interceptadas no posto fiscal de Vitória da Conquista. Duas carretas provenientes de Minas Gerais tinham destinatários de outros estados, Goiás e Pará, enquanto o destino da terceira era na própria Bahia. Todos os endereços, no entanto, estavam irregulares e não foram localizados por averiguações realizadas pelos fiscos dos respectivos estados a pedido da Sefaz-BA, que também não localizou o endereço na Bahia. As cargas de duas carretas tiveram o ICMS pago, somando R\$ 307 mil ao todo. A terceira segue retida no posto fiscal de Conquista. Responsabilização criminal A depender do tipo de irregularidade constatada, a carga poderá ser submetida aos procedimentos da força-tarefa. O responsável pela mercadoria pode ser, inclusive, responsabilizado criminalmente por meio de inquérito instaurado pela Polícia Civil. "A força-tarefa consolidou-se como um importante instrumento de combate à fraude e à sonegação fiscal, além de contribuir para o estímulo ao pagamento do imposto após conclusão da ação fiscal", afirmou Eraldo Santana, gerente de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Sefaz-BA. Visando atender às demandas originadas pelo monitoramento das cargas desde o momento da emissão dos documentos fiscais eletrônicos, a Sefaz-BA escalou, de acordo com Eraldo Santana, nove equipes de unidades móveis em apoio aos principais postos fiscais do Estado. De forma ininterrupta e em escala de revezamento, estas equipes vêm executando ações como controle do pátio e das pistas de entrada e saída das unidades fiscais, com especial atenção às cargas oriundas das regiões Sul e Sudeste do país. R\$ 14 milhões recuperados Nos últimos 24 meses, a força-tarefa da operação Fechando o Cerco interceptou ao todo 35 cargas irregulares, o que levou à recuperação de mais de R\$ 14 milhões em imposto sonegado. A maioria das operações ocorreu em Vitória da Conquista. Outros municípios com registros de

apreensões foram Feira de Santana, Barreira e Luis Eduardo Magalhães. Apenas uma ação fiscal envolvendo a apreensão de 765 caixas de cigarro sem qualquer documentação fiscal culminou na constituição de crédito tributário no montante de R\$ 1,071 milhão. Fonte: Ascom/Sefaz-BA Comentários

Veículo: TV Sudoeste	Programa: Bahia Meio-Dia
Data: 19/05/2022	

Aplicativo Preço da Hora. **Sonora com Sandra Pereira, da Sefaz/Ifep Sul.**

Sinopse: Aplicativo disponibiliza preços de mais de 500 mil produtos na Bahia.

Emissora: TV SUDOESTE

Programa: BAHIA MEIO DIA (CONQUISTA)

Apresentador(a): JUDSON ALMEIDA

Impacto: POSITIVO

Data: 19/05/2022

Hora: 12:02:55

Duração: 00:04:21

Veículo: Bocão News	Caderno: Economia
Data: 20/05/2022	



ECONOMIA

Projeto de ICMS pode tirar R\$ 70 bi de Estados e municípios, diz estudo



Câmara deve colocar em pauta na próxima semana limite para imposto regional sobre combustíveis, energia e telecomunicações

Publicado em 20/05/2022, às 08h05 Marcelo Camargo/Agência Brasil
Redação

Estados e municípios podem perder cerca de R\$ 70 bilhões de arrecadação por ano, se combustíveis, energia e telecomunicações tiverem a alíquota máxima do [Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços \(ICMS\)](#) fixada em 17%.

Além disso, as suas alíquotas foram elevadas ao longo das últimas décadas para compensar a perda de receita com benefícios para os demais setores econômicos.

Segundo o economista Sergio Gobetti, especialista em finanças públicas que monitora as contas dos governos regionais, em alguns Estados, a queda seria de 30% para 17%. “Reduzir o ICMS da gasolina e da energia sem, ao mesmo tempo, eliminar a montanha de benefícios fiscais em vigor é populismo fiscal e irresponsabilidade”, diz Gobetti, em entrevista ao Estadão.

O ICMS é repartido pelos Estados com os municípios, que também terão o caixa reduzido se o projeto avançar.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 20/05/2022	Caderno: Economia



Projeto de ICMS pode tirar R\$ 70 bi de Estados e municípios, diz estudo

Câmara deve colocar em pauta na próxima semana limite para imposto regional sobre combustíveis, energia e telecomunicações

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

20 de maio de 2022 | 05h00

BRASÍLIA - Se combustíveis, energia e telecomunicações tiverem a alíquota máxima do **ICMS** fixada em 17%, Estados e municípios devem perder cerca de **R\$ 70 bilhões** de arrecadação por ano. A previsão é do economista Sergio Gobetti, especialista em finanças públicas que monitora as contas dos governos regionais. A fixação de alíquota máxima de 17% do ICMS (tributo cobrado pelos Estados) sobre energia, combustíveis, telecomunicações e transportes está prevista em projeto de lei complementar (PLP) que o presidente da **Câmara, Arthur Lira** (Progressistas-AL), quer pautar na próxima semana.

Lira cobra uma saída conjunta entre Congresso, governo e Judiciário para os aumentos de **energia** e **combustíveis**. Para pressionar os Estados a reduzir os tributos, ele ameaçou pôr em votação o projeto.

A urgência para a tramitação foi aprovada na noite de quarta. Um projeto de decreto legislativo, que também tramita em regime de urgência, suspende os reajustes da tarifa de energia na Bahia, no Ceará e no Rio Grande do Norte, podendo ter efeito geral para outros aumentos aprovados pela **Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)**.

Os setores de combustíveis, energia e telecomunicações são chamados de blue chips (mais valiosos) para a tributação do ICMS porque, tradicionalmente, respondem por uma significativa fatia da sua receita. Há 15 anos, chegaram a responder por mais de

40% da arrecadação. Hoje, respondem por um terço. Isso ocorre porque, segundo Gobetti, esses são os únicos produtos tributados no destino (onde os serviços ou produtos são consumidos) e, portanto, fora da guerra fiscal travada entre os Estados.

Além disso, as suas alíquotas foram elevadas ao longo das últimas décadas para compensar a perda de receita com benefícios para os demais setores econômicos. Em alguns Estados, a queda seria de 30% para 17%.

“Reduzir o ICMS da gasolina e da energia sem, ao mesmo tempo, eliminar a montanha de benefícios fiscais em vigor é populismo fiscal e irresponsabilidade”, diz Gobetti. Para ele, a melhor forma de corrigir essas distorções e uniformizar a carga tributária do País seria aprovar a PEC 110 da reforma tributária que o **Senado** tenta aprovar este ano, sob resistências. A reforma tributária prevê tratamento mais uniforme para todos os produtos e serviços do País, eliminando as diferenças de carga tributária entre as blue chips e outras mercadorias e serviços.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) está preparando os cálculos do impacto do projeto para divulgar aos parlamentares. O ICMS é repartido pelos Estados com os municípios, que também terão o caixa reduzido se o projeto avançar. Os Estados e os municípios já estão perdendo receita com o corte de 35% do IPI.

Pressão sobre os Estados

O **Ministério da Economia** considera que os governadores estão com o caixa cheio e podem dar uma contribuição maior para baratear o preço dos combustíveis. O governo já zerou sua tributação do diesel, mas conta com armas reduzidas para atacar os preços altos – considerados pelo núcleo político do presidente Jair Bolsonaro uma das principais ameaças à reeleição.

Na Câmara, o projeto será discutido na terça-feira, em reuniões de lideranças. A proposta é de autoria do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). O relator será o deputado Elmar Nascimento (União-BR). Como mostrou o Estadão/Broadcast, o projeto foi discutido na quarta-feira na residência oficial do presidente da Câmara com o ministro de **Minas e Energia, Adolfo Sachsida**.

Projeto de ICMS pode tirar R\$ 70 bi de Estados e municípios, diz estudo

Câmara deve colocar em pauta na próxima semana limite para imposto regional sobre combustíveis, energia e telecomunicações

ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

Se combustíveis, energia e telecomunicações tiverem a alíquota máxima do ICMS fixada em 17%, Estados e municípios devem perder cerca de R\$ 70 bilhões de arrecadação por ano. A previsão é do economista Sergio Gobetti, especialista em finanças públicas que monitora as contas dos governos regionais.

A fixação de alíquota máxima de 17% do ICMS (tributo cobrado pelos Estados) sobre energia, combustíveis, telecomunicações e transportes está prevista em projeto de lei complementar (PLP) que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), quer pautar na próxima semana.

Lira cobra uma saída conjunta entre Congresso, governo e

Judiciário para os aumentos de energia e combustíveis. Para pressionar os Estados a reduzir os tributos, ele ameaçou pôr em votação o projeto.

A urgência para a tramitação foi aprovada na noite de quarta. Um projeto de decreto legislativo, que também tramita em regime de urgência, suspende os reajustes da tarifa de energia na Bahia, no Ceará e no Rio Grande do Norte, podendo ter efeito geral para outros aumentos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Os setores de combustíveis, energia e telecomunicações são chamados de blue chips (mais valiosos) para a tributação do ICMS porque, tradicionalmente, respondem por uma significativa fatia da sua receita. Há 15 anos, chegaram a responder por mais de 40% da arrecadação. Hoje, respondem por um terço. Isso ocorre porque, segundo Gobetti, esses são os únicos produtos tributados no destino (onde os serviços ou produtos são consumidos) e, portanto, fora da guerra fiscal travada entre os Estados.

Além disso, as suas alíquotas

Governo faz proposta para resolver impasse sobre imposto do diesel

O Ministério da Economia apresentou ontem ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) proposta para alterar a regulamentação do ICMS único do diesel, criado por lei em março, mas suspenso na semana passada por liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça.

O governo quer que, enquanto não ocorrer a mudança, a base da alíquota atual seja a média móvel dos preços na bomba nos 60 meses anteriores à sua fixação.

foram elevadas ao longo das últimas décadas para compensar a perda de receita com benefícios para os demais setores econômicos. Em alguns Estados, a queda seria de 30% para 17%.

“Reduzir o ICMS da gasolina e da energia sem, ao mesmo tempo, eliminar a montanha de be-

Antes da suspensão no STF, a regra fixava um valor único do ICMS sobre o preço final do combustível, mas permitia descontos, o que na prática possibilitou a cada Estado manter a alíquota que aplicava anteriormente.

Na reunião, os secretários de Fazenda tomaram conhecimento da proposta, mas não fizeram nenhuma deliberação. Segundo o Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), “o assunto não apreciado será reencaminhado para que as Procuradorias estaduais opinem e numa próxima oportunidade se retornará ao diálogo no âmbito do Confaz”. ●

ANTONIO TEMÓTEO e LUCI RIBEIRO/BRASÍLIA

nefícios fiscais em vigor é populismo fiscal e irresponsabilidade”, diz Gobetti. Para ele, a melhor forma de corrigir essas distorções e uniformizar a carga tributária do País seria aprovar a PEC 110 da reforma tributária que o Senado tenta aprovar este ano, sob resistências. A reforma

tributária prevê tratamento mais uniforme para todos os produtos e serviços do País, eliminando as diferenças de carga tributária entre as blue chips e outras mercadorias e serviços.

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) está preparando os cálculos do impacto do projeto para divulgar aos parlamentares. O ICMS é repartido pelos Estados com os municípios, que também terão o caixa reduzido se o projeto avançar. Os Estados e os municípios já estão perdendo receita com o corte de 35% do IPI.

PRESSÃO SOBRE OS ESTADOS.

O Ministério da Economia considera que os governadores estão com o caixa cheio e podem dar uma contribuição maior para baratear o preço dos combustíveis. O governo já zerou sua tributação do diesel, mas conta com armas reduzidas para atacar os preços altos – considerados pelo núcleo político do presidente Jair Bolsonaro uma das principais ameaças à reeleição.

Na Câmara, o projeto será discutido na terça-feira, em reuniões de liderança. A proposta é de autoria do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). O relator será o deputado Elmar Nascimento (União-BA). Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, o projeto foi discutido na quarta-feira na residência oficial do presidente da Câmara com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida. ●

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

ALINHAMENTO Guedes diz seguir com presidente em eventual 2º mandato

 www.atarde.com.br/politica

CRISE Declaração foi feita durante o congresso Mercado Global de Carbono, no Rio de Janeiro

Jair Bolsonaro minimiza alta do preço dos combustíveis no Brasil

DA REDAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, nesta quinta-feira, 19, que todos os países vivem alta nos preços de alimentos e combustíveis, mas, segundo ele, o Brasil é o que menos sofre com o problema. Ao contrário do que afirma o chefe do Executivo, situação do país só é melhor, no G20, do que a enfrentada na Argentina e na Turquia.

A declaração foi feita durante o congresso Mercado Global de Carbono, que acontece no Rio de Janeiro. Na ocasião, o presidente disse ser o único chefe de Estado do mundo com visão "diferente" sobre a crise da Covid.

"Nós vivemos um problema no mundo, e no Brasil não está diferente – apesar de eu ser o único chefe de Estado do mundo que tinha uma visão diferente de como deveríamos tratar a pandemia. Lamentavelmente, o STF tirou de mim esse que seria o meu direito".

A declaração refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal, que apenas dividiu entre estados, municípios e a União a responsabilidade pelas decisões sobre os protocolos sanitários na pandemia.

Na ocasião, Bolsonaro voltou a criticar a "política do fique em casa, e a economia



Sergio Lima / AFP

Em seu primeiro mandato, o presidente Jair Bolsonaro busca a reeleição este ano

Presidente afirma possuir "visão diferente" no enfrentamento à pandemia

a gente vê depois". Os dados da mortalidade da Covid no Brasil colocam o país entre as piores nações nesses dados. "Preço dos combustíveis, preço dos alimentos... Mas o Brasil é o que menos sofre esse problema no mundo", disse o presidente.

Apesar do que diz o presidente, o Brasil terá, segun-

do projeção da OCDE, a terceira pior taxa de inflação no grupo das vinte maiores economias do globo, ficando atrás apenas de Argentina e Turquia.

Ataques ao TSE

Ainda no evento, presidente deu mais um passo na crise que tem buscado alimentar

PRIMEIRO TURNO

Marinho afasta chance de aliança de Neto com presidente

DA REDAÇÃO

O deputado federal Márcio Marinho (Republicanos-BA) quebrou o silêncio sobre o apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), em entrevista na manhã de ontem, à rádio Salvador FM.

"Aqui na Bahia, o Republicano vai apoiar a candidatura à reeleição de Bolsonaro, até por conta da orientação da nacional. ACM Neto tem as suas razões, identificadas por pesquisa qualitativa, da dificuldade de atrelar a imagem dele a Bolsonaro", disse Marinho, que em entrevista na legenda na Bahia e vice-presidente nacional.

Sua aliança com ACM Neto (União Brasil), que é antiga, o coloca como um dos cotados a ser o vice do ex-prefeito de Salvador na disputa pelo Governo do Estado.

Sem possibilidade

Ainda assim, Marinho descartou qualquer possibilidade de o pré-candidato a governador do UB ter aliança com Bolsonaro no primeiro turno das eleições. "Até porque há a candidatura de João Roma, do PL, pré-candidato a governador. Se alguma aliança tiver que acontecer, só no segundo turno", alegou.

BENEFÍCIO

Auxílio vira permanente e João Roma comemora

DA REDAÇÃO

O pré-candidato ao governo estadual pelo PL, o deputado federal João Roma, usou as suas redes sociais para comemorar a sanção presidencial que tornou o Auxílio Brasil permanente. "Excelente notícia. Não tem mais como voltar atrás! O presidente Bolsonaro sancionou o projeto de lei que torna permanente o Auxílio Brasil, garantindo o mínimo de R\$400 reais para milhões de famílias brasileiras", anunciou o ex-ministro da Cidadania, em vídeo.

O programa foi implementado na gestão do parlamentar quando estava na

pasta ministerial. Ele também foi o relator do projeto que se transformou, com a sanção do presidente da República, na Lei 14.342/22, em vigor a partir desta quinta. Ainda no vídeo, Roma destacou que "na Bahia mais de dois milhões de famílias estão contempladas no programa".

"Grande salto"

Para o ex-ministro titular da Cidadania, o Auxílio Brasil "não é apenas um grande passo, é um grande salto no caminho de um Brasil com mais justiça social". No vídeo, Roma declarou ter orgulho por ter liberado a implementação do benefício.



Reprodução

Roma chefiou Ministério da Cidadania no governo

CHAPA GOVERNISTA

Vasconcelos projeta PCdoB mais forte na BA

LUCAS FRANCO

Após as primeiras informações de que poderia ser o suplente na chapa de Otto Alencar (PSD), senador que tentará a reeleição este ano, o vereador de Salvador, Augusto Vasconcelos (PCdoB), confirmou ao grupo A TARDE que o martelo ainda não foi batido sobre o assunto, mas que aguarda com expectativa o anúncio formal. "O governador [Rui Costa] avaliou positivamente, o senador [Otto Alencar] também, todos os partidos da base aliada acham que meu nome é um nome positivo para a chapa", disse.

Para o atual líder da oposição na Câmara Municipal de

Salvador, as projeções são positivas para sua legenda também em próximos pleitos. "O PCdoB almeja sim ocupar um espaço na chapa majoritária. Acreditamos que somos um partido que tem dado sustentação ao Governo Rui Costa e enfrentando as batalhas que são colocadas para defender o Brasil, com o time de Lula, e merecemos maior valorização e reconhecimento".

No entanto, o vereador frisou que a prioridade é derrotar o presidente. "Fundamentalmente, o PCdoB não pensa apenas em si, ele pensa em um projeto maior. De disputa de rumos do Brasil. Nosso foco principal esse ano é derrotar Bolsonaro", disse.


GASTRONOMIA



O MELHOR SUNSET DE SALVADOR.
VISTA 180° DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS COM DRINKS, PETISCOS E SHOWS.

LARGO DOS AFLITOS, 2 DE JULHO
INFORMAÇÕES: INSTAGRAM @BAIA.SUNSET.BAR



ASSINANTES DO **CLUBE A TARDE** TÊM **20%** DE DESCONTO



CHANNING TATUM

DOG

A AVENTURA DE UMA VIDA

19 DE MAIO EXCLUSIVAMENTE NOS CINEMAS

Veículo: Bocão News	Caderno: Economia
Data: 19/05/2022	



ECONOMIA

Reunião para discutir ICMS do diesel termina sem acordo



A lei determina que o ICMS dos combustíveis passe a ser cobrado em reais por litro, em vez de percentual sobre preço de referência

Publicado em 19/05/2022, às 22h34 Arquivo BNews Nicola Pamplona e Idiana Tomazelli/ FolhaPress

Terminou sem acordo a reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) para discutir o novo modelo de cobrança do ICMS sobre o diesel, alvo de uma liminar do STF (Supremo Tribunal Federal) que pode aumentar o preço do combustível.

O governo propôs a adoção da regra de transição prevista na nova lei do ICMS, que calcula o imposto com base em uma média das alíquotas dos últimos 60 meses e já havia sido alvo de resistência dos estados. A proposta foi enviada para avaliação de um grupo de trabalho, mas sem apoio de todos os governos.

Após a reunião, o Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal) disse que vai pedir mais tempo ao ministro do STF André Mendonça para questionar a liminar. "Prestaremos as informações necessárias demonstrando que cumprimos na íntegra a lei complementar 192", disse o secretário de Fazenda de Pernambuco, Décio Padilha, que preside o Comsefaz.

A lei determina que o ICMS dos combustíveis passe a ser cobrado em reais por litro, em vez de percentual sobre preço de referência, e de forma monofásica, isto é, apenas na produção. A alíquota deve ser a mesma em todos os estados.

Os governos estaduais, porém, definiram uma alíquota máxima de R\$ 1,006 por litro, com possibilidade de descontos para que cada estado cobre alíquota semelhante à atual. Essa solução foi questionada pelo governo no STF.

"Aderimos à monofasia e cumprimos a lei no sentido de observar que benefício fiscal podendo equalizar cargas e assim o fizemos", defendeu Padilha, em vídeo divulgado por sua assessoria de imprensa após a reunião desta quinta.

O encontro extraordinário foi convocado pelo Ministério da Economia. O governo tenta usar a liminar para forçar os estados a adotar a regra de transição prevista na lei, mas os estados resistem.

Eles avaliam, por outro lado, a liminar pode na verdade provocar alta no preço do diesel, efeito contrário ao desejado, caso todos sejam obrigados a usar a alíquota máxima.

Em São Paulo, por exemplo, a alíquota com desconto seria de R\$ 0,6597 por litro, equivalente à cobrada hoje no estado. Assim, o uso da alíquota máxima prevista no convênio representaria um aumento de R\$ 0,3463 por litro.

Na média, o Comsefaz estima aumento de cerca de R\$ 0,20 por litro, em um momento de preços recordes nas bombas com os repasses da alta das cotações internacionais após o início da Guerra da Ucrânia.

A ideia do governo federal era retomar a conversa com o Confaz já na próxima semana, mas a proposta foi rejeitada. Uma nova data será marcada pelos próprios estados.

A AGU havia sido alertada que a liminar poderia ter efeito contrário ao desejado, que era baixar o preço do diesel com a aplicação da alíquota média de 60 meses, mas entendeu que a decisão forçaria a edição de um novo convênio do Confaz sobre o tema.

Representantes dos estados, porém, alegam que não há mais sentido em falar em período de transição, pois o Confaz já publicou convênio com as regras definitivas do setor. O texto diz que a média seria aplicada "enquanto não disciplinada a incidência do ICMS nos termos dessa lei".

Por Paulo Roberto Sampaio Guilherme Reis Raul Monteiro paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Abraço da paz?

O presidente Jair Bolsonaro (PL) surpreendeu a todos ao conceder um abraço ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes ontem. Não houve discurso. A tensão do presidente era visível. Antes da ação, ele estava sentado ao lado do presidente do TST olhando apenas para frente. O ministro estava sentado à esquerda. No início da semana, o presidente ingressou no STF com uma notícia-crime contra o ministro por abuso de autoridade. O ministro Dias Toffoli, contudo, afirmou que os argumentos do chefe do Executivo "não constituem crime e que não há justa causa para o prosseguimento do feito" e rejeitou a ação.



Jair Bolsonaro e Alexandre de Moraes

“A sociedade precisa estar unida em defesa do Supremo Tribunal Federal e as instituições que garantem os direitos individuais. Não será possível ao Supremo e nenhuma outra instituição enfrentar o problema da desinformação sem o apoio da sociedade

Luiz Fux, presidente do STF

Auxílio Brasil

“Excelente notícia. Não tem mais como voltar atrás! O presidente Bolsonaro sancionou o projeto de lei que torna permanente o Auxílio Brasil, garantindo o mínimo de R\$ 400 para milhões de famílias brasileiras”, anunciou o pré-candidato a governador da Bahia, João Roma, em vídeo nas suas redes sociais ontem. Ele destacou que “só na Bahia mais de dois milhões de famílias estão contempladas no programa”. Para o ex-ministro da Cidadania, o Auxílio Brasil “não é apenas um grande passo, é um grande salto no caminho de um Brasil com mais justiça social”. No vídeo, disse ainda: “Tenho muito orgulho de ter liderado a implantação do Auxílio Brasil, enquanto ministro da Cidadania, e com isso ter podido ajudar tanta gente”. Encerrou exultante: “Viva o Auxílio Brasil! Viva a Bahia! Viva o Brasil!”



João Roma

Clima tenso

Na reunião em que os deputados baianos discutiram a farrá de emendas para a destinação de verbas ao DNOCS na Bahia, houve momentos tensos entre os próprios colegas, em que a maioria achou que sairia até briga física. O motivo do desentendimento é a desproporção entre o que uma minoria tem conseguido abocanhar de recursos em detrimento da maioria.

Curiosos

Deputados e outros políticos da base aliada se preparavam ontem para comparecer ao Programa de Governo Participativo que dá o tom do preparo para a campanha do petista Jerônimo Rodrigues, programado ontem à noite para Camaçari, pelo secretário de Relações Institucionais, Luiz Caetano. Queriam ver de perto como está a mobilização na cidade do petista.

Política

Veredores não têm dúvidas de que a manifestação dos servidores municipais, que praticamente parou o centro de Salvador ontem pela manhã, tem cunho político e objetiva, na prática, atingir a administração Bruno Reis (UB). Afinal, pontuam, não é todo dia que um governo municipal oferece 4% de aumento num país em que as gestões públicas não oferecem reajustes há anos.

Presenças

Prestígio é prestígio, e o senador Jaques Wagner (PT) conseguiu ser o único membro do Senado brasileiro a participar da cerimônia de casamento do ex-presidente Lula com a socióloga Janja, na quarta-feira, em São Paulo. Da Bahia, o único que também foi convidado para o evento que reuniu 150 pessoas, entre os quais o ex-BBB Gil do Vigor, foi o governador Rui Costa (PT).

Títulos

Em Guajerú, no Sudoeste do estado, iniciando a maratona de viagens com ACM Neto, o deputado federal Cacá Leão (PP), pré-candidato ao Senado por Progressistas, disse ontem que vai batalhar para reverter o quadro de títulos negativos que a Bahia vem acumulando, como o estado com maior número de desempregados no Brasil. Segundo o IBGE, a Bahia liderou o ranking com a maior taxa de desemprego no país (17,6%), no primeiro trimestre de 2022. “Semana passada, a Bahia recebeu mais um título ingrato: o estado com maior número de desempregados no Brasil. “Semana passada, a Bahia recebeu mais um título ingrato: o estado com maior número de desempregados no Brasil. É com o desejo de reverter essa situação, ao lado de Neto, que eu sou pré-candidato, que quero chegar ao Senado Federal. Seremos a voz da juventude baiana, a voz da esperança, da atração de investimentos para geração de empregos”, declarou Cacá, cujo partido fez parte da base de apoio do PT até recentemente.

Em pauta...

O Sindicato dos Rodoviários e a Secretaria de Mobilidade (Semob) de Salvador se reuniram ontem para discutir pautas relacionadas à crise de transporte coletivo urbano. A reunião foi realizada na sede da Semob, no bairro de Amaralina. O secretário Fabrizzio Muller participou do encontro e afirmou que o Brasil enfrenta a pior crise de transporte coletivo urbano. Para o titular da Semob, é preciso sensibilidade nas negociações entre os rodoviários e as empresas. Fabrizzio Muller pontuou que as negociações não são de responsabilidade da prefeitura. Nas redes sociais, o sindicato afirmou que a reunião tinha como objetivo tentar dar andamento ao aumento salarial dos rodoviários e buscar uma solução para os ex-funcionários da Concessionária Salvador Norte (CSN).

Interdição

O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) interdiçou temporariamente as instalações da mineradora inglesa Brazil Iron, que atua na zona rural da cidade de Platá, que fica na região da Chapada Diamantina. De acordo com o Inema, a interdição vigorou desde 24 de abril e foi motivada por “diversas infrações ambientais” praticadas pela empresa após a realização de uma inspeção técnica no empreendimento.

Grande Desafio!

Na próxima quinta-feira, dia 26, o escritor e presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Joaci Góes, fará uma palestra sobre o mais novo desafio venício: sua Caminhada rumo a Santiago de Compostela. Um evento promovido pelo IGHB e Tribuna da Bahia, com apoio do Fundo de Cultura do Governo da Bahia, através das secretarias da Fazenda e da Cultura. A entrada será franca e também haverá transmissão pelo YouTube.



Joaci Góes

EDUARDO F. SILVA

O orçamento de carbono e as eleições brasileiras

São dois os maiores desafios enfrentados por nós, humanos, neste século: reverter a dupla degradação, a humana (pobreza) e a ambiental (destruição de biomas).

Propostas para avançar nesse caminho devem ser um dos temas centrais nas eleições brasileiras neste ano; isso seria essencial para os brasileiros termos boas chances neste século XXI. Nada disso, porém, tem ocorrido. As conversas versam sobre quem é menos pior, quem se alia a quem, quem diz algo que aliena quem, quem escorrega ou não. Nunca se aborda o fundamental, ou seja, eleger quem para fazer o quê?

Pode-se afirmar sem receio de errar ser elevado o % da população que está ciente e preocupada com a persistência da miséria e com as consequências do aquecimento global, além da má qualidade da saúde e de outras necessidades básicas. Mesmo sem ser tema corriqueiro nas conversas entre eleitores, o

“orçamento de carbono” pode ser facilmente entendido. Trata-se da quantidade adicional de gases que ainda se pode emitir sem comprometer os objetivos definidos no acordo de Paris. É tema central em conversas de eleitores de vários países.

Muitos países onde a população é majoritariamente pobre, Brasil inclusive, exigem ajuda dos países ricos para reduzir suas emissões. O argumento é basicamente o seguinte: “nosso povo precisa melhorar sua qualidade de vida. Alterar o padrão energético custa caro. Assim, sem ajuda, optamos pelo “desenvolvimento” e não por reduzir nossas emissões”.

Há muitas falhas neste argumento. A primeira delas é considerar “desenvolvimento” como sinônimo de “melhorar a qualidade de vida”. Esse erro afasta muitas opções que, ao mesmo tempo, podem melhorar a qualidade de vida e contribuir para reduzir as emissões. Por exemplo: 1) acabar com o lixo espalhado pelas ruas, rios, campos e cidades; 2) alcançar pontualidade no sistema de

transporte coletivo.

Voltando ao orçamento de carbono, o fato é que restam aos humanos apenas 1,3 trilhões de toneladas para ficarmos dentro das metas de Paris. Devíamos emitir bem menos, para ficarmos abaixo do limite. Dada essa condição, o que se pode fazer para conseguir o máximo de melhora da qualidade de vida dos mais pobres, com o mínimo de emissões?

É preciso que se dê à essa questão e a esse orçamento uma importância no mínimo igual à que se dá ao equilíbrio dos gastos públicos, com ou sem tede de gastos. Isso, para dar aos brasileiros que vivem com várias carências uma chance de melhora. De pouco adianta tentar dar-lhes alimentos que serão levados por uma enchente decorrente do mal controle do uso do solo. Ou permitindo construções ao longo dos cursos d’água. Ou desviando recursos com a finalidade de ajudar a eleger os já eleitos.

São problemas concretos os que afligem a maior parte da população brasileira. São com propostas também concretas será possível encontrar o caminho para tirar o brasileiro da triste situação em que se encontra.

Eduardo Fernandez Silva. Ex-Diretor da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados

Homenagem 1

Mesmo agora no PT, o deputado Eulides Fernandes solicitou, através de requerimento à Presidência da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), a disponibilização do Plenário Orlando Spinola para a solenidade que homenageia o ex-presidente da Casa, deputado federal Marcelo Nilo (Republicanos), com a Comenda 2 de Julho. A data proposta para a entrega da honraria é 25 de agosto, uma quinta-feira, a partir das 15h. Nilo hoje é aliado de ACM Neto.

Homenagem 2

Conceder a Comenda 2 de Julho, maior honraria outorgada pelo Parlamento estadual, à prefeita de Lauro de Freitas, Moema Isabel Passos Gramacho, é o que propõe o deputado Osni Cardoso (PT) em projeto de resolução apresentado na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

PREVISÃO TEMPO

Pancadas de chuva à tarde e também durante a noite	Pancadas de chuva à tarde. Tempo fica aberto à noite	Pancadas de chuva à tarde. Tempo fica aberto à noite	Períodos de nublado com chuva qualquer hora
HOJE 22° 30°	SÁBADO 22° 27°	DOMINGO 22° 26°	SEGUNDA 21° 28°

RESULTADOS LOTERIA

MARÉ HOJE ALTA 7h02 2,2m BAIXA 0h42 0,7m 19h54 2,0m 13h14 0,5m	QUINA Sorteio. 5857 / 19-5 06 14 39 68 72	DUPLA-SENA Sorteio. 2368 / 19-5 02 03 17 31 33 46 11 16 22 38 40 43	LOTÓFÁCIL Sorteio. 2525 / 19-5 04 06 10 11 12 13 16 17 18 19 20 21 23 24 25
MARÉ AMANHÃ ALTA 8h07 2,1m BAIXA 1h52 0,9m 21h08 1,9m 14h27 0,6m			

BAHIA Muitas nuvens com pancadas de chuva isolada na RMS e no nordeste do estado; céu nublado nas demais regiões. Muitas nuvens em Mucugê (12/28°C) e Correntina (10/28°C).

A nova estimativa da equipe econômica do governo Jair Bolsonaro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2022, de 6,55% para 7,9%, elimina quaisquer dúvidas de que a inflação caminha em rota de descontrole no país e que conter o dragão não será tão fácil como faz parecer o ministro Paulo Guedes. Embora as previsões preliminares apontassem para o estouro da meta do Comitê Monetário Nacional pelo segundo ano consecutivo, o percentual divulgado ontem está 4,4 pontos acima do teto a ser perseguido pelo Banco Central, de 3,5%, e 2,9 além da margem máxima de tolerância, de 1,5 ponto. Com a escalada inflacionária em marcha de galope, a taxa básica de juros deve continuar em rota ascendente, enquanto a alta de preços corrói gradualmente o poder de compra e eleva o custo de vida para as famílias, com maior impacto sobre as mais pobres.

Aumentar a Selic é um instrumento eficaz e de sucesso atestado no combate emergencial à inflação. Juros altos enca-

recem o crédito e reduzem o nível de consumo. Por efeito direto, estanca o IPCA. Tal política, contudo, é incapaz de produzir milagres se usada como remédio único. Prova disso é que, apesar dos seguidos acréscimos na taxa, o índice sobe a ladeira sem sinais de recuo. Ao mesmo tempo, traz como reação adversa a queda no ritmo de produção, por tornar mais caro o dinheiro que financia investimentos voltados a ampliar a capacidade de setores de peso, como a indústria e o agronegócio, além de dificultar o acesso a recursos para capital de giro ou

Editorial

Voo mais alto do dragão

A estimativa de IPCA maior do que o previsto para 2022 mostra que o Brasil perdeu ou está perto de perder o controle sobre a inflação

abertura de negócios. O que reforça a responsabilidade do governo em concentrar esforços de modo urgente na montagem de um plano sólido de múltiplas frentes, antes que o Brasil pegue o rumo da hiperinflação.

A postura adotada por Guedes no rastro da revisão do IPCA, em vez de levar alguma dose de alívio para o setor produtivo ou diminuir o nervosismo do mercado diante do agravamento do cenário econômico a curto ou médio prazos, revela uma certa desconexão com a realidade que desponta no horizonte nacional. Ao declarar que o país já saiu do inferno, que conhece o caminho e que sabe como sair rápido do fundo do poço, logo após o governo divulgar a estimativa de inflação maior, a pergunta

repetida por analistas econômicos era: "Então, o que o ministro está esperando para tirar o país de lá?". As causas e as justificativas foram apresentadas, mas o que todos esperam é o pacote concreto de soluções ou sinais firmes nessa direção.

É óbvio que o crescimento inflacionário virou um problema de escala global que afeta as nações mais desenvolvidas e ricas do planeta, incluindo Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Itália e Canadá. No entanto, a maioria dos países que integram o grupo de grandes economias agiu rapidamente para traçar a saída do furacão e possui regimes fiscais rigorosos, modernos e eficientes, enquanto o Brasil parece alguém que assiste da janela a chegada da tempestade sem se mover. Com a agenda de reformas relegada a segundo plano e a previsão da mais turbulenta disputa eleitoral desde a redemocratização, o que é ruim pode se tornar bem pior.

ONLINE WWW.CORREIO24HORAS.COM.BR

/correio24horas @correio24horas

Correção Na matéria de título "Feirão da Casa Própria disponibiliza mais de dois mil imóveis", publicada ontem (19.05.2022), na página 19, em "Opções do Feirão" o valor do imóvel Ancorato foi informado como sendo "de R\$ 170 mil a R\$ 953 mil". O valor correto é de R\$ 504.635 mil a R\$ 953 mil.



Luto A cantora Melody celebrou 15 anos com uma festa de debutante na cidade de São Paulo na última quarta-feira (18). Um dos presentes que a famosa recebeu foi uma Lamborghini Gallardo do Pink, carro avaliado em cerca de R\$ 1,3 milhão que ela só poderá dirigir, ao menos legalmente, daqui a três anos. A festa de Melody foi realizada quase 3 meses após a data original, 4 de fevereiro, devido à pandemia da covid-19. Para o evento, a adolescente recebeu os famosos Karol Llanes, Lorena Tucci, Carol Chamberlain, Kaio Viana e Léo Aquila.

[HTTP://GLO.BO/3YFQJ1](http://glo.bo/3YFQJ1)



Enfim, país O nascimento mais esperado do ano finalmente aconteceu. Rihanna e o rapper A\$AP Rocky são oficialmente pais, informou nessa quinta (19) o site americano TMZ, dedicado à cobertura de celebridades. Segundo o portal, trata-se de um menino que veio ao mundo em Los Angeles, nos EUA, no dia 13 de maio. O nome não foi informado. O garoto é o primeiro filho dos dois artistas. A última aparição pública da cantora foi no dia 9 de maio, no final de semana do Dia das Mães, quando ela e Rocky foram vistos indo jantar em um restaurante de Los Angeles. [HTTP://GLO.BO/3FZCWEI](http://glo.bo/3FZCWEI)

Correio Fundado em 20 de dezembro de 1978
Arlistides Novis, 123 - Federação, Salvador-Bahia, CEP 40210-630

ASSINATURAS 71 3480 9140 ACHE AQUI 71 3480 9130

Conselho de Administração
Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Júnior
Renata de Magalhães Correia
Wilson Maron

Editora-chefe LINDA BEZERRA
linda.bezerra@redebahia.com.br

Editora de Arte IANSÁ NEGRÃO iansanegrao@redebahia.com.br
Editor Correio24horas WLADMIR PINHEIRO wiadmir.lima@redebahia.com.br
Gerente de Gestão MAÍRA AZEVEDO maira.azevedo@redebahia.com.br
Gerente Comercial LUCIANA GOMES luciana.gomes@redebahia.com.br
Gerente de Operações e Contratos IVONEI TANAJURA ivonei.tanajura@redebahia.com.br
Gerente de Mercado Leitor MARA SALMERON mara.salmeron@redebahia.com.br
Gerente de Marketing MARTA SOUZA marta.souza@redebahia.com.br

SUCURSAIS
SÃO PAULO, PARANÁ, SANTA CATARINA, MINAS GERAIS E RIO GRANDE DO SUL: Av. das Nações Unidas, 12495, 15º andar, sala 1505, Brooklin Novo - São Paulo - SP CEP: 04576-060 - (011) 5506-5494 escritorio.sp@redebahia.com.br
RIO DE JANEIRO: Estilo Comunicações, Avenida das Américas, 3.665, Loja 241, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Cep.: 22.631.003. Tel.: (21) 2495-5913 - redebahia@sucursarij.com.br
BRÁSILIA: LFS Agenciamento de Espaço Publicitários, ST SRV/Sul, Qd 701, Conj. L, Bl. 02, n.º 30, Sala 417, Parte B 55, Brasília, DF - CEP 70.340-906. Tel.: (61) 3554-2168
REPRESENTANTE INTERNACIONAL MULTIMEDIA, INC.
7061 Grand National Drive, Suite 127 Orlando, FL 32819-8398 USA Tel. +1-407-903-5000 - Fax +1-407-363-9809 www.multimediausa.com

PREÇOS DO EXEMPLAR AVULSO	SEGUNDA A SEXTA R\$ 1,75	FIM DE SEMANA R\$ 2,00	OUTROS ESTADOS R\$ 3,75	PLANOS DE ASSINATURA IMPRESSO+DIGITAL:	TRIMESTRAL R\$ 135,00	SEMESTRAL R\$ 270,00	ANUAL R\$ 540,00	FILIADO AO	
---------------------------	------------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------	--	---------------------------------	--------------------------------	----------------------------	------------	--

OS TEXTOS, FOTOS E ILUSTRAÇÕES PUBLICADOS NÃO PODEM SER UTILIZADOS OU REPRODUZIDOS SEM AUTORIZAÇÃO. **FALE COM A REDAÇÃO: 71 3203-1010**

Eletrobras: venda pode aumentar tarifa

PRIVATIZAÇÃO O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes afirmou ontem ser possível um aumento nas tarifas de energia em um "primeiro momento", após a privatização da Eletrobras. Mas, no médio e longo prazos, disse ele, isso não vai acontecer devido ao aumento de concorrência e surgimento de novas tecnologias. "Vai abrir a concorrência e o mercado vai se tornar propício a novas tecnologias", disse o ministro, que votou favoravelmente ao processo de desestatização, avaliado na quarta-feira pelo TCU. Nardes falou a jornalistas na saída de um almoço fe-

chado entre o presidente Jair Bolsonaro, membros do governo e empresários, no Rio. Para o diretor do Instituto Ilumina, Roberto D'Araújo, as tarifas de energia vão continuar a subir nos próximos anos mesmo se a privatização for concretizada. Ao Valor Econômico, o especialista afirma que o país aprovou, nos últimos anos, uma expansão do parque termelétrico, que tem custos de geração mais altos, além da adoção de empréstimos que vão ser pagos pelos consumidores. Em 2020, por exemplo, foi criada a "conta covid", no valor R\$ 14,8 bilhões, para dar liquidez financeira ao setor com a redução no consumo de energia durante a pandemia de covid-19. A Eletrobras ainda tem ajustes para fazer determinados pelo TCU. Segundo os ministros da corte, as recomendações devem estar concluídas até a precificação do papel, momento em que o valor da ação é fixado. As determinações alteram critérios da modelagem utilizada para definir o preço e, na avaliação de quem acom-

panha o processo, tornam a companhia mais atraente, e podem elevar o valor da oferta. Por sinal, já estão prontos a campanha publicitária e os sistemas para os trabalhadores comprarem com dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ações da Eletrobras no processo de privatização da empresa. O potencial para a compra com recursos do FGTS é de R\$ 6 bilhões. Na privatização da Eletrobras, os trabalhadores poderão usar até 50% do FGTS. O valor mínimo para aplicação é de R\$ 200. Em caso de venda das ações pelo trabalhador, os recursos voltam ao Fundo.

INDICADORES

CMÓBIO

Table with columns: Dólar Comercial, Dólar Turismo, Euro turismo, Compra, Venda.

BOLSA

Table with columns: Índice, Pontos, Variação. Bovespa 107.005,22 +0,71%

POUPANÇA

Table with columns: 20/05/2022, 0,6308%

SALÁRIO MÍNIMO

Table with columns: R\$ 1.212,00

INFLAÇÃO

Table with columns: IPCA/IBGE, INPC/IBGE, IGP-M/FGV, Abril, Ano, 12 meses.

EUA EM ALERTA

Bolsa As bolsas de Nova York fecharam em baixa ontem em pregão marcado pela alta volatilidade. As ações estenderam as fortes perdas da sessão de quarta-feira, quando as bolsas americanas perderam US\$ 1,5 trilhão em valor. O índice Dow Jones encerrou o pregão em baixa de 0,75%, o S&P 500 caiu 0,58% e o Nasdaq perdeu 0,26%.

Caoa Chery confirma 485 demissões e oferece até 15 salários de bônus

AUTOS Com a decisão do grupo Caoa Chery de demitir 485 funcionários e manter a fábrica de Jacarei (SP) fechada por três anos, trabalhadores da unidade seguem realizando protestos para tentar reverter a medida. Na quarta-feira, um grupo de

fez uma manifestação em frente à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região chegou a anunciar, na semana passada, que a empresa havia concordado em realizar um programa de

lay-off (suspensão temporária de contratos) por cinco meses e conceder mais três de estabilidade, mas depois teria voltado atrás. Ao todo, a planta de Jacarei emprega 627 funcionários e serão mantidos apenas os das áreas administrativas.

Para os que serão demitidos, a empresa oferece indenização adicional à rescisão - serão 15 salários para quem tem mais de cinco anos de empresa, dez para quem tem de dois a cinco anos e sete para aqueles com até dois anos de contrato.

POJUCA S/A CNPJ Nº 13.520.998/0001-24 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31/12/2021. Table with columns: Balanço Patrimonial, Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Fluxo de caixa das atividades de financiamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA IBIÁ AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. Edital para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de engenharia para execução de reforma do Estádio Municipal Váldino José Braz (Zuzu), no município de Nova Ibiá-BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2022. Objeto: contratação de empresa para reforma e requalificação da Praça na Rua do Jorro, Município de Cipó/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.068/2022 CHAMADA PÚBLICA N. 004/2022. Objeto: contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para a AGRICULTURA FAMILIAR e do Empreendedor Familiar Rural.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.255/2022. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção predial, em regime de empreitada por preço unitário.

FAROL
ECONÔMICO

POR DONALDSON GOMES



@donaldsongomes

CHEGOU O
CARRO DA
CERVEJA...

Depois do carro do ovo, os baianos devem começar a conviver com o carro da cerveja. A campanha da Ambev para as embalagens retornáveis na Bahia ganhou um jingle no formato pagodão, que deve ser tocado em rádios e nos carros de som nas periferias de grandes cidades. A empresa estima uma economia de até 10% nas embalagens de 300 ml e 1 litro para consumo nos estabelecimentos, ou para quem quiser levar o produto para casa. E para deixar isso bem claro, o jingle que vai pra os carros de som é bem explicativo: “economize, não perca dinheiro não, comprando o litrinho e o litrão”.

A valorização das embalagens retornáveis faz parte de um conjunto de ações da empresa para atingir uma meta em 2025: ter 100% de embalagens retornáveis ou majoritariamente recicladas. A Ambev está calculando o índice de impacto de suas embalagens a partir de uma metodologia própria, que aplica indicadores de desempenho, seguindo critérios de relevância ambiental, em linha com suas metas de sustentabilidade.

10

por cento é até quanto pode chegar economia com as embalagens

Dinheiro na
poupança
'encolhe' há 20
meses seguidos

INVESTIMENTO A poupança completou 20 meses seguidos de perdas para a inflação. Ou seja, quem tem dinheiro na modalidade de investimento mais popular do país está perdendo poder de compra há quase 2 anos, segundo o gl. Em abril, a rentabilidade da poupança foi de 0,56% em termos nominais, enquanto a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 1,06%, a maior taxa em 26 anos. Com isso, a caderneta teve um retorno negativo de -0,50% no mês.

No acumulado em 12 meses até abril, a poupança teve um rendimento real negativo (descontada a inflação) de 6,58%, perda maior do que a observada nos 12 meses até março (-6,20%), segundo levantamento da provedora de informações financeiras Economatica. Em outras palavras, o dinheiro aplicado na poupança está encolhendo em vez de crescer em razão do rendimento abaixo da inflação.

Ministério eleva
previsão para IPCA
de 2022 para 7,90%

INFLAÇÃO O Ministério da Economia revisou para cima sua projeção para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2022. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta de preços neste ano passou de 6,55% para 7,90%. Para 2023, a estimativa subiu de 3,25% para 3,60%.

Todas as expectativas para a inflação em 2022 estão bem acima do centro da meta deste ano, de 3,50%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo (índice de 2,00% a 5,00%). No caso de 2023, a meta é de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (1,75% a 4,75%).

Todas as expectativas para a inflação em 2022 estão bem acima do centro da meta deste ano, de 3,50%

“Nós já saímos do inferno, conhecemos o caminho e sabemos como se sai rápido do fundo do poço”, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes. A inflação em abril registrou alta de 1,06%, a maior para o mês desde 1996, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pasta também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 6,70% para 8,10%. Já a estimativa para a alta do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) em 2022 passou de 10,01% para 11,41%.

O ministério manteve a projeção de crescimento econômico para 2022 em 1,5%. A projeção anterior havia sido divulgada em março de 2022.

Acima da média

Uma nova marca histórica foi alcançada pelo Viveiro Salgado, da Bracell, em abril deste ano: o aproveitamento de 82% na produção de mudas de eucalipto. O recorde, que supera a média do setor, de cerca de 70%, foi atingido sete meses depois de o mesmo local ter batido a margem de aproveitamento de 79%, em outubro de 2021. Reinaugurado em 2020, o viveiro, em Inhambupe, recebeu investimentos na ordem de R\$ 15 milhões.

Parceria de milhões

Com sede no Hub Salvador, o Hub de Inovação Banco do Nordeste injetou pouco mais de R\$ 650 milhões em negócios que atuam com tecnologia e inovação no estado da Bahia, através do programa de financiamento à inovação, o FNE. O número representa um salto de cerca de 600% em relação a 2021.

650

milhões de reais foram investidos pelo Hub de Inovação do BNB

Assinatura em alta

Os veículos por assinatura já representam mais de 10% da frota de 47 mil veículos na LM Frotas. Em tempos de alta dos preços dos carros novos e busca por opções econômicas e práticas, o serviço está em crescimento. A assinatura pode gerar uma economia de 24% para quem compraria o carro financiado e 6% se fosse à vista, calcula a empresa.

NO HORIZONTE

● **Expansão** O Shopping Center Lapa agregou a Pernambucanas ao seu mix ontem. Desde o início deste ano, o shopping expandiu a operação com marcas como a Clínica Sim, Doce Algodão, Sorvetes Real do Solar, Top Vinhos e Slope Jeans.

Donaldson Gomes é editor e escreve às sextas-feiras

Catálogo BRASILEIRO de TEATRO APRESENTA

16

ADAPTAÇÃO TEATRAL DO BEST-SELLER DE *Augusto Cury*

O HOMEM MAIS INTELIGENTE DA HISTÓRIA

DANIEL SATTI
FRANCIS HELENA COZTA
RENAN REZENDE
MURILO INFORSATO
PRISCILLA DIEMINGER
PIETRO ALONSO

DIREÇÃO:
CRISTIANE NATALE

DO MESMO PRODUTOR E DIRETORA DE O VENDEDOR DE SONHOS

28 e 29 DE MAIO | TEATRO JORGE AMADO

INGRESSOS À VENDA NO SYMPLA.COM.BR E NA BILHETERIA DO TEATRO



Encargos e tributos vão manter as tarifas caras

Energia Taxações do sistema elétrico precisam ser revistas, avisa especialista

Redação
REPORTAGEM

redacao@correio24horas.com.br

“Se a tarifa de energia está cara é porque existe um problema”, diz Rafael Valverde, CEO da Eolus. Para ser exato, há mais de um. No extrato da conta de energia de qualquer consumidor constam os gastos com a produção da energia, distribuição e o consumo, explica. O problema é que além disso, os cidadãos ainda são cobrados por diversos encargos setoriais e tributos. Para ele, é esta a taxa que encarece a conta.

Estes encargos, cobrados pelas mais diversas razões, correspondem a mais de 30% do valor dos boletos, destacou Valverde durante a sua participação no programa Política & Economia, apresentado ontem pelo jornalista Donaldson Gomes no Instagram do CORREIO (@correio24horas). “Alguns encargos fazem sentido e outros perderam a razão de existir, mas continuam a ser cobrados”, lamenta. Ele lembrou que a pandemia do novo coronavírus resultou num custo extra, que deverá ser pago pela população brasileira por bastante tempo.

“Nossa produção de ener-

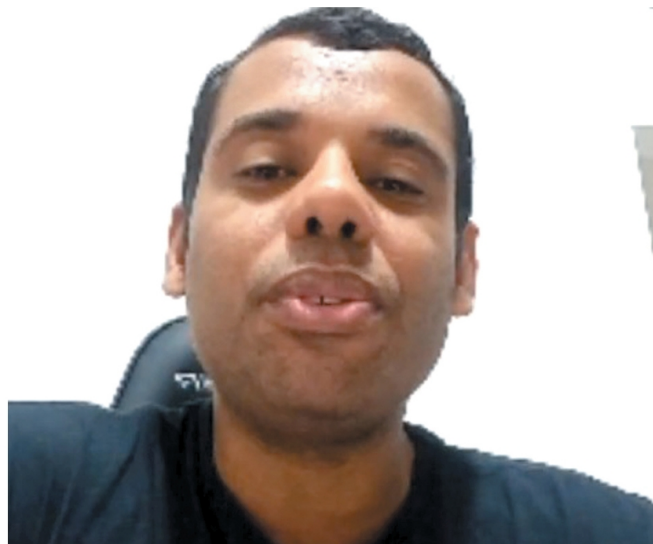
gia é barata, está entre os menores preços do mundo, mas quando entram os encargos e a carga tributária, aí nos aproximamos dos mais caros”, diz. “Basta lembrarmos que só o ICMS equivale a 27% da conta, então quando eu junto os encargos e os impostos e taxas, a gente está falando de um valor extremamente relevante”. Ele cita como exemplo o custo da energia de um leilão de energia renovável em 2007, que custava em torno de R\$ 800 por quilowatt. Hoje a mesma energia custa em torno de R\$ 200, porém o consumidor paga mais caro, no final das contas.

Para ele, enquanto a taxa da energia não for resolvida no Brasil, o consumidor vai continuar a pagar caro pelo serviço. “Quando você olha que o Congresso Nacional submete um projeto de lei para congelar os repasses tarifários, no lugar de atacar o problema que faz a energia ser cara, você vê que está tudo erra”, pondera.

A geração distribuída, no local de consumo ou próxima a ele, tem crescido bastante no Brasil, conta Valverde. Ele lembra que a Bahia tem um exemplo pioneiro neste sentido, com o Estádio Roberto Santos (Pituaçu). A instalação do sistema fotovoltaico



ASSINATURA DA FOTO



O editor do CORREIO Donaldson Gomes (acima) conversa com o CEO da Eolus, Rafael Valverde, no programa Política & Economia, que foi transmitido ontem

no espaço foi usada como base para a legislação brasileira, lembra.

Para o especialista, as maiores dificuldades para o maior desenvolvimento da energia solar se devem a alguns mitos e dois desafios. “Tem muita gente que pensa que ela é cara, que não vai atender às necessidades da residência e que se chover podem ficar sem”, cita os mitos. “Essa energia é conecta-

da à rede, que vai estar gerando um crédito e mesmo que o sistema da casa pare, vai continuar tendo energia porque vai receber da rede. Esse tipo de informação ainda está restrita”, lamenta.

Os dois desafios estão relacionados ao contato com o consumidor, avalia. O primeiro, indica, é traduzir os benefícios do sistema. Em segundo lugar, ele cita a necessidade de financiamento.

● Alguns encargos fazem sentido e outros perderam a razão de existir, mas continuam a ser cobrados

● Nossa produção de energia é barata, está entre os menores preços do mundo, mas quando entram os encargos e a carga tributária, aí nos aproximamos dos mais caros

● Talvez nenhuma fonte de energia tenha contribuído tanto para o desenvolvimento do estado como a energia eólica contribuiu Rafael Valverde CEO da Eolus

Energia renovável teve década de impacto

Os últimos dez anos do mercado de energia na Bahia foram mais importantes que os 50 anteriores, acredita Rafael Valverde, CEO da Eolus Consultoria. “Quando a gente volta no tempo, em 2009 o que a Bahia tinha de aproveitamento energético era o núcleo da Bacia do Rio São Francisco, com uma importância maior para aquela região de Sobradinho e Paulo Afonso e poucos empreendimentos de termelétricidade, instaladas principalmente em função do racionamento”, lembra.

Apesar da intensidade do desenvolvimento nos últimos dez anos, para ele a Bahia ainda está distante de atingir o seu potencial na geração de energia limpa. No horizonte estão ainda investimentos em energia offshore (no mar) e a produção de hidrogênio verde.

Com os investimentos em energia eólica, uma grande transformação se iniciou, conta Valverde. Segundo ele, no início, mesmo integrantes do governo baiano, apesar de apoiarem a iniciativa, não tinham grandes expecta-

tativas em relação ao potencial para geração no estado. Mas em pouco tempo, a Bahia já tinha projetos contratados, além dos primeiros entendimentos com uma empresa que fabrica equipamentos eólicos.

“As grandes hidrelétricas foram importantes para o desenvolvimento, mas talvez nenhuma fonte de energia tenha contribuído tanto para o desenvolvimento do estado como a energia eólica contribuiu e como a solar vem contribuindo”, aponta o especialista em energia.

“Eu destaco mais a eólica porque ela ainda conseguiu adensar aqui uma cadeia industrial”.

“Quando a gente vê que a Bahia é líder na produção de energia renovável, considerando eólica e solar, que o estado é o segundo em capacidade instalada em dez anos desde que o primeiro parque eólico foi instalado, houve um salto muito grande”, diz.

Ele cita a importância socioeconômica da atividade, lembrando a geração de empregos e os contratos de arrendamentos de áreas.

AS FONTES DO FUTURO

● **Eólica** Apesar do grande desenvolvimento nos últimos anos, o potencial eólico baiano ainda pode acrescentar 195 gigawatts – o correspondente à toda energia produzida no Brasil atualmente

● **Solar** Com a maior área da região Nordeste, o estado é aquele com maior potencial para geração solar

● **Offshore** Existem estudos para a produção de energia eólica ou de outras fontes em áreas marítimas em um futuro próximo

Veículo: G1	
Data: 19/05/2022	Caderno: Política



Lira diz que projeto que limita ICMS sobre combustíveis e energia irá a plenário na semana que vem

Proposta classifica serviços como essenciais e indispensáveis e limita a 17% as alíquotas do ICMS, que é cobrado pelos Estados. Anúncio ocorre em meio a pressões para baixar preço da energia.

Por Luiz Felipe Barbiéri, g1 — Brasília

19/05/2022 11h27 Atualizado há 22 horas



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fez um discurso durante uma conferência sobre o Brasil e a economia mundial — Foto: Reprodução/YouTube

O presidente da Câmara, [Arthur Lira](#) (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira (19) que vai levar a plenário na próxima semana um projeto que limita a 17% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um tributo estadual, sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes coletivos.

Lira fez o anúncio um dia após a Câmara aprovar a urgência do projeto, o que acelera a tramitação dele. Com isso, o texto pode ser votado diretamente no plenário da casa, ao invés de ser discutido antes nas comissões.

Pelo texto, os bens e serviços prestados por esses setores passam a ser classificados como essenciais e indispensáveis, o que afasta alíquotas mais elevadas do ICMS.

“Tem um projeto, que é o PLP 18, que estará na pauta da terça-feira da semana que vem, que esse plenário terá a oportunidade de realmente dar um passo decisivo para contribuir com o abuso dos impostos no que se refere a telecomunicações, energias, combustíveis e transportes”, afirmou Lira.

“Aí, nós vamos ver num debate altivo, a participação tanto da Câmara quanto do Senado e de outros poderes, para que a gente desonere e diminua os impostos sobre esses setores que se tornarão essenciais, emendando uma lei de 1966. Aí teremos uma real clareza de quem quer diminuir preço de combustível, energia, transporte e telecomunicações no Brasil”, acrescentou.



Nível de reservatórios sobe, mas conta de luz continua cara; entenda

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ser inconstitucional a cobrança de alíquota de ICMS superior a 17% sobre as operações de fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicação.

Em uma audiência pública na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que o ICMS representa hoje 21,3% do valor das contas de luz, em média.

Segundo o autor da proposta, deputado Danilo Forte (União-CE), o projeto objetiva tornar mais efetivo a decisão do Supremo e estender o limite aos combustíveis e transportes coletivos.

“Além disso, é um projeto que faz justiça: hoje, no Brasil, não podemos mais tratar estes itens como se não fossem essenciais para a população”, afirmou o parlamentar.

O texto do projeto diz que: “para fins da incidência de impostos sobre a produção, a comercialização, a prestação de serviços ou a importação, os combustíveis, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo são

considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis, não podendo ser tratados como supérfluos”.

Pressão

O anúncio de Lira de pautar o projeto para a próxima semana ocorre em ano eleitoral e em meio a [pressão do Congresso sobre a Aneel e as distribuidoras de energia](#) para conter os [fortes reajustes nas contas de luz](#) registrados recentemente.

No início do mês, [a Câmara aprovou a urgência na tramitação de um projeto](#) que suspende o reajuste médio de 24,88% autorizado para as tarifas da Enel, distribuidora que atende ao Ceará. Deputados querem estender essa medida para outras distribuidoras.

Os fortes reajustes deste ano são motivados por fatores como a alta da inflação, do dólar e dos combustíveis nos últimos meses. E também pelo pagamento de empréstimos feitos para parcelar os custos da crise energética.

Na terça (17), em discurso de despedida do cargo, o ex-diretor-geral da [Aneel](#), André Pepitone, afirmou que, apesar de ser apontada como culpada pelos reajustes, não é a [Aneel](#) quem "cria as condições para esses aumentos".

Veículo: Metro1	
Data: 19/05/2022	Caderno: Economia



ECONOMIA

Preço de combustíveis não tem previsão de queda, considera especialista Roberto Ramos

O engenheiro e especialista em óleo e gás Roberto Ramos conversou com Mario Kertész, no Jornal da Metropole no Ar

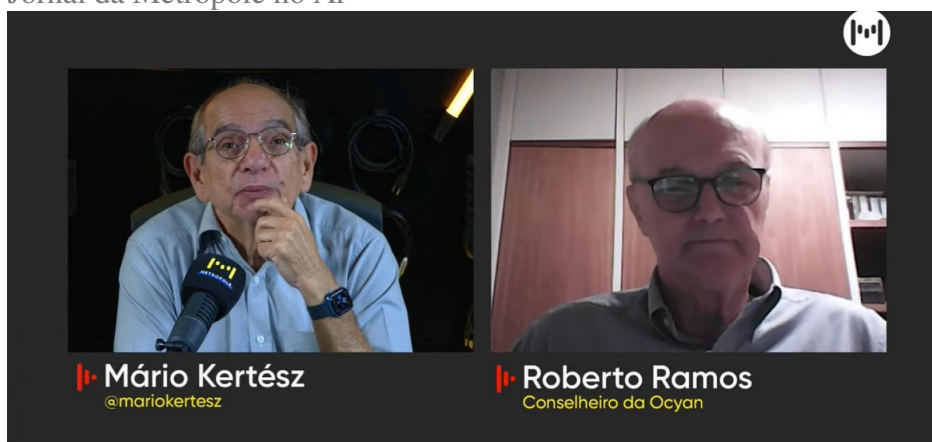


Foto: Reprodução

Por: **Maria Clara Andrade** no dia 19 de maio de 2022 às 13:08

Em entrevista à **Rádio Metropole**, o engenheiro e especialista em óleo e gás Roberto Ramos, ex-presidente da Odebrecht, analisou, nesta quinta-feira (19), os constantes aumentos no valor dos combustíveis e a responsabilidade da Petrobrás sobre isso. Ramos não vê perspectiva de alívio no bolso do consumidor brasileiro. Segundo ele, o "aumento é estrutural, não conjuntural". Ou seja, apesar da influência da invasão da Rússia à Ucrânia nesse aumento, existe uma queda de produção e aumento do consumo do petróleo. "O preço do petróleo está alto e vai continuar alto", afirmou.

Questionado por Mario Kertész sobre a possibilidade da Petrobras diminuir sua margem de lucro, Ramos explicou que essa sugestão poderia criar um "desequilíbrio". "O Brasil, apesar de ser produtor e exportador de petróleo, não é autossuficiente em todos os seus derivados. O Brasil importa diesel, gasolina e querosene de aviação".

Ramos ainda acrescentou que, apesar de a [Petrobrás ter registrado um lucro recorde](#), comparada com outras companhias, "não foi um lucro tão fantástico assim".

Neuza Back: Do sonho de ser bailarina a pioneira da arbitragem na Copa do Catar

PÁGINA 20



Autoridade. A catarinense será um dos sete juizes e auxiliares brasileiros no Mundial

O GLOBO

Irisu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

10 DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2022 ANO XLVII - Nº 20.428 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NO R\$ 1,95 S.O.



COMBUSTÍVEL ELEITORAL

Lira articula regra de ICMS que tira até R\$ 100 bi de estados

Projeto que limita cobrança de imposto sobre gasolina, diesel e energia tem o apoio do Planalto

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, articula, com o aval do Palácio do Planalto, um projeto que poderá representar uma redução de até R\$ 100 bilhões por ano no caixa dos estados: a padronização das alíquotas de ICMS em 17% para energia e combustíveis. Hoje elas podem superar os 30%

em alguns estados. A medida tem como objetivo frear a inflação, um dos problemas para o presidente Jair Bolsonaro em ano de eleição. Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, é contra a proposta, a ser votada na terça-feira, segundo os planos de Lira, mas afirmou que levará o assunto ao debate. **PÁGINA 11**



Saudação cordial

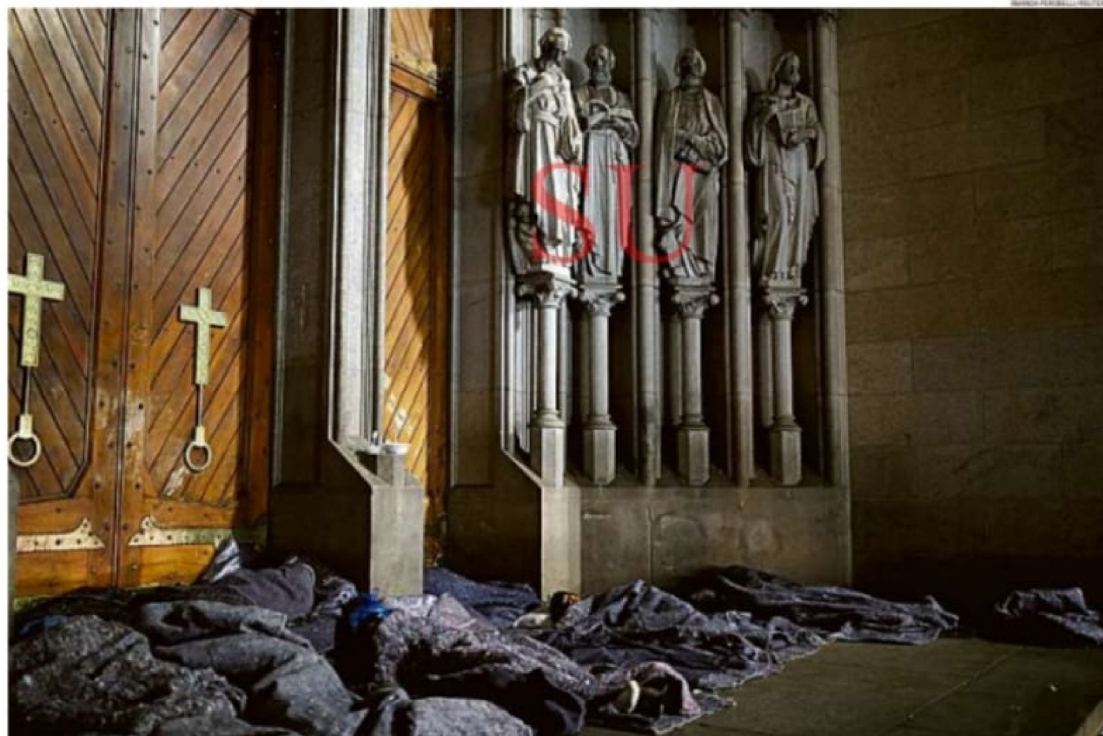
Jair Bolsonaro e Alexandre de Moraes se cumprimentam durante cerimônia no TST, um dia depois de o STF rejeitar a notícia-crime apresentada pelo presidente contra o ministro. **PÁGINAS**

VERA MAGALHÃES

Câmara prefere pautas sectárias a temas relevantes para o país **PÁGINA 1**

PEDRO DORIA

Divisão do Google pode estar mais próxima do que se pensa **PÁGINA 1**



O frio que torna a rua mais dura

Moradores em situação de rua buscam abrigo na Catedral da Sé, em São Paulo (foto), que registrou ontem 5,4°C e já contabilizou, neste atípico maio gelado, 94 casos de hipotermia. Outras capitais, como Brasília e Belo Horizonte, também bateram recorde de frio em décadas. **PÁGINA 11**

FGTS poderá ser usado para comprar ações da Eletrobras

Valor máximo será de 50% do saldo da conta. Estudo mostra que quem investiu nos fundos mútuos de Petróbras e Vale teve lucro. **PÁGINA 16**

Musk e Bolsonaro devem se reunir hoje no interior de SP

Bilionário, convidado pelo ministro Fábio Faria, também encontrará grupo de empresários, informa LAURO JARDIM. **PÁGINA 17**

Biden usa viagem à Ásia para marcar posição contra a China

Visita à Coreia do Sul e ao Japão tem foco econômico, mas analistas dizem que propostas são pouco atraentes para os parceiros. **PÁGINA 18**

Casos de dengue no Brasil sobem mais de 150% este ano

Alta foi de janeiro a abril ante o mesmo período de 2021. Falta de combate ao mosquito é apontada como uma das causas. **PÁGINA 21**

SEGUNDO CADERNO

O peso da intensa agenda de shows no bolso

Público de festivais comemora volta, mas precisaria de pelo menos R\$ 8 mil em ingressos para ir aos principais eventos no país este ano.



Gorillaz, o virtual com sucesso real

"Entramos fortes nesta turnê para comemorar os últimos dois anos", diz Murdoc (imagem ao lado), integrante da banda que se apresenta no Rio amanhã.

OBITUÁRIO/VANGELIS, 79 ANOS
Criador de trilhas clássicas do cinema como a de 'Carruagens de fogo'



ENTREVISTA/ PAULO GANIME

'Por princípios, tenho uma rejeição maior pelo Lula'

ELEIÇÕES 2022 O pré-candidato ao governo do Rio pelo Novo diz ter como prioridade a gestão austera e rejeição maior a Lula que a Bolsonaro. **PÁGINA 8**

SEGURANÇA NO RIO

Estado registra menor número de roubos em 17 anos **PÁGINA 24**

Câmara votará projeto para reduzir ICMS

Proposta fixará alíquota máxima de 17% para energia, combustíveis, transportes e telecomunicações

Por Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Vandson Lima — De Brasília

20/05/2022 05h01 · Atualizado há 6 horas



Arthur Lira, ao anunciar votação: “esse plenário terá a oportunidade de realmente dar um passo decisivo para contribuir contra o abuso dos impostos” — Foto: Paulo Sérgio/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), prometeu votar na terça-feira projeto de lei que muda o ICMS sobre combustíveis e energia elétrica para obrigar que tenham alíquota máxima de 17%. O objetivo é diminuir a inflação forçando uma redução nos impostos estaduais, mas o tema já é alvo de resistência dos governadores e advogados apontam possível inconstitucionalidade a depender do texto que for aprovado.

O anúncio ocorreu após a Câmara aprovar, na noite de quarta-feira, requerimento de urgência para o projeto em votação simbólica, depois de deputados governistas e de oposição cobrarem do ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, medidas para reduzir a conta de luz, que em muitos Estados teve autorização para aumentos superiores a 20% este ano. “Esse plenário terá a oportunidade de realmente dar um passo decisivo para contribuir contra o abuso dos impostos no que se refere a telecomunicações, energias, combustíveis e transportes”, afirmou Lira.

Hoje os Estados são livres para definir a alíquota de combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo e podem enquadrá-los como bens supérfluos. Com isso, a taxa varia entre 25% a 34%, dependendo do local. O projeto muda o Código Tributário Nacional (CTN) para classificar esses quatro serviços como bens “essenciais”, que tem alíquota máxima de 17%.

Para a advogada tributarista Rebeca Drummond de Andrade Müller, o projeto não é inconstitucional, mas também pode ser inócuo. “O projeto diz que é facultativo ao ente federativo tratar esses bens e serviços como essenciais. Isso não é inconstitucional”, disse. “Mas há colegas falando que a Câmara pode mudar para tornar obrigatório. Aí poderia esbarrar no vício da inconstitucionalidade”, afirmou.

Isso ocorreria, segundo ela, porque o artigo 155 da Constituição Federal diz que cabe aos Estados definir imposto sobre a circulação de mercadorias ou serviços (o ICMS), que “poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços”. “Se uma lei infraconstitucional disser que vai ter que ser obrigatoriamente seletivo, que tais e tais bens são essenciais, você está entrando na esfera do Estado”, afirmou Rebeca.

O autor do projeto, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), disse que o texto será de fato alterado para tornar obrigatório aos Estados considerar combustíveis e energia como bens essenciais.

“É uma solução estruturante. Não é algo pontual, como utilizar créditos de PIS/Cofins ou dinheiro da privatização da Eletrobras para diminuir a conta de luz, é uma solução perene”, afirmou o parlamentar.

Forte disse ainda que serão excluídos do projeto a classificação de transporte coletivo e telecomunicações como bens essenciais e incluída a água.

Lira, porém, disse que essas questões não foram discutidas, embora tenha concordado com a impositividade.

Para o autor do projeto, o texto é constitucional porque o Supremo Tribunal Federal (STF) já julgou procedente em 2014 um recurso de um consumidor (as Lojas Americanas) que exigia que o Estado de Santa Catarina classificasse a energia elétrica e telecomunicações como bens essenciais e aplicasse a alíquota de 17%. O julgamento, contudo, até hoje está na fase de modulação da sentença e não foi concluído.

Lira se reuniu ontem com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que se comprometeu a tratar do tema com os líderes do Senado, para dar celeridade à matéria.

Em contrapartida, Pacheco cobrou que a Câmara discuta o PL 1472/2021, que cria uma conta de estabilização para lidar com a flutuação do preço de combustíveis, a ser financiada com dividendos da empresa e que Lira sequer encaminhou para as comissões a pedido do governo. O projeto é de autoria do senador petista Rogério Carvalho (SE).

O presidente da Câmara também se encontrou com o ministro André Mendonça, do STF, que deu uma liminar contra a regulamentação feita pelos Estados de outro projeto, o que mudou a forma de cálculo do ICMS sobre os combustíveis.

Lira também deve se reunir com o presidente do STF, Luiz Fux, para tratar do mesmo tema porque, segundo ele, trata-se de questão de “interesse nacional”, acima da “política e ideologias”.

Nas negociações, Lira também conversará com os partidos da Câmara na terça-feira. No almoço, falará com as siglas governistas, que tendem a apoiar a proposta - o líder

do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), é inclusive cotado para ser o relator do projeto. Pela manhã, ele negociará com a oposição, que tem esboçado resistência à mudança.

Líder do PT, o deputado Reginaldo Lopes (MG) afirmou que a bancada ainda não tem uma posição formada, mas acusou o presidente Jair Bolsonaro de querer jogar a culpa nos outros por um problema causado pelas políticas do governo dele.

“Esse governo é o tipo de pessoa que tenta transferir para os outros a suas responsabilidades”, acusou o petista.

O PDT deve votar contra o projeto se não houver alterações, antecipou o líder do partido, deputado André Figueiredo (CE). “Acho que dentro de um pacote, com medidas concretas de verdade teríamos como mudar a política de ICMS. Mas, se só se aprovar isso, será o governo querendo jogar todo o aumento das tarifas e combustíveis em cima dos impostos estaduais, o que não é verdade. E inclusive pode ser arguida a inconstitucionalidade desse projeto porque está quebrando o pacto federativo”, opinou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias!

CI-ACTIVE

Clique aqui

LINK PATROCINADO

Cravos e espinhas no rosto? Isso pode removê-los em segundos, sem esforço

DERMA CLEAN

LINK PATROCINADO

Idosos em Salvador conseguiram aliviar dores nas costas com este produto!

CI-ACTIVE

Compre agora

LINK PATROCINADO

Você tem sorte? Saiba como funciona a caixa de eletrônicos reembalados muito mais baratos

MISTERY BOX

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 20/05/2022	Caderno: Economia



Diesel: Governo apresenta a Estados proposta para mudar ICMS do combustível, mas não há decisão

Secretários de Fazenda apenas tomaram conhecimento da proposta na reunião, mas não fizeram deliberação

Antonio Temóteo e Luci Ribeiro, O Estado de S.Paulo

19 de maio de 2022 | 14h14

BRASÍLIA - O **Ministério da Economia** apresentou nesta quinta-feira, 19, ao **Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)** uma proposta para alterar a regulamentação do **ICMS** único do **diesel**, criado por lei em março deste ano e normatizado pelo colegiado, mas suspenso na semana passada por liminar do ministro do **Supremo Tribunal Federal** André Mendonça.

Pela proposta levada nesta quinta ao Confaz em reunião extraordinária, o governo quer que, enquanto não ocorrer a mudança, a base de cálculo da alíquota atual seja a média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 meses (cinco anos) anteriores à sua fixação.

Bomba em posto de combustível; governo apresentou a Estados proposta para mudar ICMS do diesel Foto: Werther Santana/Estadão

Antes da suspensão determinada pelo Supremo, a regra que estava valendo fixou um valor único do ICMS a ser cobrado no preço final do combustível, como manda a lei, mas permitindo descontos, o que na prática possibilitou a cada Estado manter a mesma alíquota que aplicava anteriormente. O valor estabelecido pelo colegiado de secretários estaduais foi de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10, o mais usado no País.

Como mostrou o Estadão em março, os Estados argumentaram que a adoção de uma alíquota uniforme, como aprovado pelo Congresso, tem potencial de aumentar a carga tributária cobrada sobre o diesel no Distrito Federal e em nove Estados, incluindo São Paulo. Essa situação ocorre porque alguns Estados, como todos os três da Região Sul, praticavam uma alíquota mais baixa (entre 12% e 14%), enquanto outros governos estaduais têm taxaço mais alta (até a 18,5%).

Na reunião desta quinta, os secretários de Fazenda apenas tomaram conhecimento da proposta, mas não fizeram nenhuma deliberação, segundo a assessoria do Comitê Nacional dos Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz).

"O assunto não apreciado será reencaminhado para que as procuradorias estaduais opinem e numa próxima oportunidade se retornará ao diálogo no âmbito do Confaz. Não há data nem previsão ainda para essa próxima etapa", informou a assessoria em resposta ao Estadão/Broadcast.

Ao baixar a liminar, no último dia 13, André Mendonça acatou ação em que o governo federal pediu a suspensão da forma como os Estados aplicaram a alíquota única do ICMS do óleo diesel.

"Entendo-o configurado diante da proximidade de vigência do novo modelo, considerando ainda que a complexidade e relevância da questão justifica a urgência para que, a partir de tal decisão, se dê início imediato à construção de uma solução efetiva, perene e consentânea com os parâmetros constitucionais reguladores da matéria", escreveu o ministro na decisão.

Na ocasião, Mendonça deu prazo de cinco dias para que Câmara, Senado e o Confaz se manifestem sobre o tema. Em seguida, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) terão prazo semelhante.

Segundo a ação apresentada pelo governo ao Supremo, há "persistência da prática de alíquotas assimétricas", o que, argumenta a AGU, "onera significativamente os contribuintes, que já se encontram pesadamente impactados pela variação drástica do preço dos combustíveis na atual conjuntura".

Economia



RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BHP diz que plano para Samarco é ilegal

Sócia da Vale na mineradora não concorda com proposta alternativa feita por credores



INFLAÇÃO E ELEIÇÃO

BAQUE NO CAIXA DOS ESTADOS

Lira articula corte de até R\$ 100 bi no ICMS de combustíveis e energia



RODRIGO PACHECO/SENADO



ARTHUR LIRA/CÂMARA

“Comprometi-me a levar aos líderes o tema que pode contribuir para a redução do impacto dos tributos estaduais sobre o preço dos combustíveis”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

“Nós vamos ter a real clareza de quem quer diminuir o preço de combustível, de energia, de transporte, de telecomunicações no Brasil”

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

FERNANDA TRISOTTO, CAMILA ZARUR, ALICE CRAVO, JUSSARA SOARES, GERALDA DOCA, RAPHAELA RIBAS E JOÃO SORIMA NETO
economi@oglobo.com.br
BRASILIA, 19 DE MAIO DE 2022

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, articula, com o apoio do Palácio do Planalto, uma medida que pode representar um baque na caixa dos estados: a padronização das alíquotas de ICMS em 17% para energia e combustíveis. O objetivo é frear a inflação, que prejudica a popularidade de Jair Bolsonaro em ano de eleição. Como esta é a base da arrecadação dos governos locais — por ser de difícil sonegação — as alíquotas chegam a superar os 30% para estes produtos em alguns estados. Caso a pro-

posta avance, os estados poderiam ter uma redução de R\$ 70 bilhões a R\$ 100 bilhões por ano, de acordo com cálculos de alguns governos locais, em caráter reservado.

Lira anunciou que o projeto será votado na terça-feira. A proposta, do deputado Danilo Forte (União-CE), passa a considerar serviços de energia elétrica, combustível, telecomunicações e água como essenciais, o que limita a alíquota do tributo que pode ser aplicada. Os parlamentares aprovaram requerimento de urgência para a tramitação do texto na última quarta-feira. Fontes do governo dão como certa a retirada dos serviços de telecomunicações do projeto.

—Al nós vamos ter a real clareza de quem quer diminuir o

preço de combustível, de energia, de transporte, de telecomunicações no Brasil — afirmou o presidente da Câmara.

Embora Lira esteja encabeçando o projeto, ele conta com apoio do Planalto, que vê na iniciativa uma grande oportunidade eleitoral para Bolsonaro. Oficialmente, contudo, o parlamentar teve a iniciativa: “O anúncio do presidente da Câmara, Arthur Lira, de pausar o projeto que classifica combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes como bens e serviços essenciais para votação em plenário é um passo importante rumo à justiça social que buscamos para os brasileiros. É importante o apoio do Congresso a essa matéria, cuja tramitação está sendo muito bem

conduzida pelo presidente Arthur Lira”, escreveu Ciro Nogueira, ministro-chefe da Casa Civil, em uma rede social.

ANALISTA VÊ QUEDA NA CONTA

Lira chegou a se encontrar, ontem, com Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, para tratar do assunto. Pacheco se mostrou contrário à proposta de padronização do ICMS em 17% para combustíveis e energia. Ele acredita que isso fere a autonomia dos estados, que perderão a chance de estabelecer suas políticas tributárias. Oficialmente, contudo, diz que levará o assunto ao debate: “Comprometi-me a levar aos líderes o tema que pode contribuir para a redução do impacto dos tributos estaduais sobre o preço dos com-

combustíveis”, escreveu Pacheco em uma rede social.

A redução na alíquota do ICMS sobre combustíveis e energia pode ter impacto pesado sobre as contas dos estados. Só em 2021, os dois itens responderam por 27,4% da arrecadação dos estados com o tributo, o que representa R\$ 178,9 bilhões dos R\$ 652,4 bilhões coletados. O efeito pode ser ainda maior se for considerada uma redução nas alíquotas de transporte coletivo e telecomunicações, conforme consta na proposta do deputado Danilo Forte.

A mudança, que altera o Código Tributário, é vista como uma forma de burlar a autonomia dos estados para fixar as alíquotas do tributo e promete ser mais um fator de atrito en-

tre governadores e Executivo.

Ontem, governo e estados se reuniram no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para discutir mudanças no ICMS sobre o diesel, após vitória de Bolsonaro no STF, em decisão que obriga os governos locais a adotarem alíquota única. Não houve avanço na reunião.

Para o advogado tributarista Donovan Mazza Lessa, sócio do escritório Maneira Advogados, o limite de 17% no ICMS de combustível e energia elétrica deveria ser discutido no âmbito de uma reforma tributária mais ampla:

—Os estados calibram as alíquotas de acordo com os recursos de que precisam. Energia, telecomunicações, combustíveis são as principais fontes de arrecadação com o ICMS. Uma redução certamente impactará negativamente o caixa. Fazer com que o ICMS seja reduzido por imposição pode ser uma inversão de competências, já que se trata de um imposto estadual.

Ele lembra, porém, que a Constituição prevê que o ICMS tenha alíquota maior para itens supérfluos e menor para itens essenciais.

RISCO DE QUEBRAR ESTADOS

Segundo Wagner Ferreira, diretor institucional e jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a adoção do limite de imposto resultaria em redução de 10% na conta de luz.

—Energia é bem essencial, deveria ter imposto menor. E a mudança teria efeito rebote positivo na cadeia — disse, destacando que Mato Grosso, Amapá e Roraima já têm alíquotas de 17% de ICMS na energia.

Afonso Henriques, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, pondera, porém, que a mudança afetará também os municípios:

—É uma mudança estrutural. Grande parte do ICMS (50%) vai para os municípios. Como vão viver? Provavelmente muitos governos locais vão romper com o limite de gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Professor do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), o advogado Fernando Zibetti afirma que a limitação do ICMS de energia e combustíveis a 17% pode quebrar alguns estados:

—Em alguns estados, a arrecadação com energia e combustíveis representa 80% do total com o ICMS. Muitos estados não seguram essa redução porque estão comprometidos com folha de pagamento, além das despesas obrigatórias com saúde e educação. Podem até quebrar. Trata-se de medida populista para tentar reeleger o presidente.



Ponto principal da reforma tributária é corrigir distorções que afetam o crescimento da economia

Antes das eleições, tendência será dizer que 'ninguém aguenta mais pagar tanto imposto'; depois, o governante eleito se dará conta de que será inevitável que parte do ajuste venha da receita

Fabio Giambiagi*, O Estado de S.Paulo

20 de maio de 2022 | 04h00

Neste nosso oitavo encontro para debater propostas de governo para o período de 2023 a 2026, vou trazer à baila o tema da carga tributária brasileira. Tomo como referência o ano de 2008.

Entre aquele ano e a perspectiva do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, a receita líquida do governo central terá caído de 18,9% para 17,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2008, o superávit primário do governo central foi de 2,3% do PIB e, em 2023, o governo prevê um déficit de 0,6% do PIB. Em 15 anos, a União terá tido uma piora fiscal de 2,9% do PIB, com queda da receita e aumento do gasto da mesma importância de 1,6% a 1,7% do PIB. O resto foi o ajuste da aplicação do fundo soberano, que reduziu o superávit em 0,5% do PIB em 2008.

Se, no longo prazo, o País pretende voltar a ter um superávit primário da União similar ao de 10 a 15 anos atrás, é impossível aspirar a isso apenas mediante cortes da relação gasto/PIB num intervalo de tempo razoável. Portanto, faz sentido ter como meta, depois de 2023, alcançar um aumento da receita de, realisticamente, 0,5 a 1 ponto do

PIB na próxima gestão, tomando como base o ano de 2023, em que o governo espera uma queda em relação a 2022.

De qualquer forma, cabe lembrar que o ponto mais importante de uma mudança tributária é corrigir as distorções que afetam o crescimento da economia. A “agenda tributária” é, primordialmente, uma agenda com vistas ao aumento da produtividade, questão que vai além dos limites estreitos deste artigo, mas que nunca é demais deixar bem clara.

Já em termos do nível da tributação, antes das eleições, a tendência será dizer que “ninguém aguenta mais pagar tanto imposto”. Depois, o governante que tiver vencido a eleição se dará conta de que será inevitável que parte do ajuste venha da receita.

Com que medidas? A lista é ampla e inclui o ataque à “pejotização” de pessoas físicas; algum aumento da alíquota superior do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF); a redução do espaço para brechas que fazem com que pessoas de altas rendas difiram a tributação sobre suas aplicações financeiras via fundos exclusivos e offshore; o fechamento de outras brechas que permitem que a tributação do lucro de parte das empresas seja particularmente pequena; a redução das isenções tributárias a partir de 2024; e, no âmbito subnacional, uma maior taxação sobre a herança.

É a dura realidade da gestão do caixa. Como já escrevi em outras oportunidades, é esperar para ver.

Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 20/05/2022	Caderno: Notícias



Sexta, 20 de Maio de 2022 - 08:30

Fala Povo: População segue insatisfeita com preço cobrado pelos combustíveis

por Vitor Castro



Em meio a constante alta no preço dos combustíveis na Bahia, a promessa é de que a Refinaria de Mataripe, em Candeias, reduza o valor praticado na venda aos seus distribuidores. Outra alternativa defendida pelo prefeito Bruno Reis (União) é de que o governo do Estado reduza o **ICMS** cobrado sob os combustíveis.

Essa possibilidade já foi colocada como distante pelo governador Rui Costa (PT). Em meio ao imbróglio, motoristas por aplicativo e taxistas tem enfrentado dificuldades para rodar com os carros. Já o cidadão que utiliza o veículo para se locomover tem pensado alternativas e abastecido cada vez mais em menor quantidade.

O prefeito diz que as conversas sobre o assunto estão paradas ([veja aqui](#)). Enquanto isso, o consumidor segue pagando um preço alto para poder abastecer e rodar pela cidade. O Bahia Notícias foi às ruas para saber a opinião do cidadão sobre o assunto. No FalaPovo desta semana o pedido da população é de que os gestores pensem medidas para reduzir os valores cobrados na bomba.

Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 20/05/2022	Caderno: Notícias



Sexta, 20 de Maio de 2022 - 08:20

Governo adia decisão sobre reajustes e parcela corte no Orçamento

por **Idiana Tomazelli e Marianna Holanda** | Folhapress

O governo adiou a decisão final sobre os reajustes ao funcionalismo, diante do impasse envolvendo a promessa do presidente Jair Bolsonaro (PL) de aumento mais generoso às carreiras policiais em ano eleitoral, e parcelou o corte no Orçamento deste ano.

Em sua live semanal, o chefe do Executivo mencionou a necessidade de fazer um bloqueio de quase R\$ 10 bilhões. No início da noite desta quinta-feira (19), um número que circulava entre técnicos do governo era o de um corte de R\$ 8,7 bilhões.

O valor final ainda precisa ser validado pela JEO (Junta de Execução Orçamentária), formada pelos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Paulo Guedes (Economia).

Segundo pessoas do governo, a decisão é adiar para julho um bloqueio adicional de cerca de R\$ 5 bilhões para acomodar o impacto do reajuste de 5% a todos os servidores e de um aumento diferenciado para policiais.

Ao dividir o corte em duas fases, o governo evita impor agora uma restrição mais severa aos ministérios, que têm suas verbas discricionárias (que incluem custeio e investimentos) reduzidas sempre que há alta nas despesas obrigatórias.

Há o entendimento de que Bolsonaro pode encaminhar ao Congresso os projetos de lei que tratam dos reajustes e sancioná-los após a aprovação dos parlamentares sem ter uma reserva prévia no Orçamento para o aumento de despesa.

A única condição, de acordo com esses técnicos, é que todas as etapas até a publicação das leis ocorram até o início de julho —quando passa a vigorar a proibição da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) de aumento de gasto com pessoal nos últimos 180 dias do mandato.

Como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, o governo calculava precisar de um bloqueio de cerca de R\$ 15 bilhões para compensar o crescimento de despesas obrigatórias e também os reajustes. Outros R\$ 2 bilhões seriam necessários para cobrir reajustes nos demais poderes.

"O Orçamento é pequeno. Em dando 5% [de reajuste], vão ser R\$ 17 bilhões", afirmou o presidente.

Nos últimos dias, porém, as discussões sobre como ficarão as remunerações do funcionalismo foram marcadas por idas e vindas. Bolsonaro quer um tratamento diferenciado para servidores da segurança pública, ideia que enfrenta resistências dentro do primeiro escalão do governo pelo risco de insatisfação das demais categorias.

Dada a indefinição e o prazo exíguo —o relatório de avaliação do Orçamento precisa ser divulgado nesta sexta-feira (20)—, a opção dos técnicos foi deixar para incorporar o impacto dos reajustes no relatório que será apresentado até 22 de julho.

Os cálculos internos apontam que o Executivo precisa de mais R\$ 4,6 bilhões para conseguir bancar o reajuste linear de 5% para todos os servidores. O custo total da medida é de R\$ 6,3 bilhões, mas o Orçamento já tem uma reserva de R\$ 1,7 bilhão.

Caso haja uma reestruturação pontual das carreiras da PRF (Polícia Rodoviária Federal) e do Depen (Departamento Penitenciário), haverá um impacto adicional de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões.

Bolsonaro quer conceder um reajuste maior para as carreiras de segurança para atender a uma promessa feita ao grupo, que compõe sua base eleitoral. Nas pesquisas de intenção de voto pela disputa pelo Palácio do Planalto, ele aparece em segundo lugar, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O desejo original do presidente era contemplar todas as corporações, mas, diante da forte restrição de recursos, as discussões mais recentes indicam que o governo deve focar apenas na PRF e no Depen, que têm menores salários que a PF (Polícia Federal).

A proposta que mais ganhou força nos últimos dias é fazer uma reestruturação para equiparar os salários dos agentes da PRF aos da Polícia Federal, além de atender ao Depen.

Além de Bolsonaro ter auxiliares que pertencem à PRF, o aceno à corporação também é atribuído à proximidade com o presidente, uma vez que são esses policiais que fazem a segurança em motocicletas, entre outras funções.

Pessoas do governo também afirmam que está em elaboração o decreto presidencial que vai autorizar a nomeação de mais 625 agentes da PF e outros 625 da PRF. O recurso para essa medida, porém, já está previsto no Orçamento e não exigirá cortes adicionais.

Permanece, porém, o temor no primeiro escalão do governo de que o aceno diferenciado inviabilize a estratégia de aplacar os ânimos do funcionalismo com o reajuste de 5%. Há categorias em greve, como a dos servidores do Banco Central, e outras que adotaram uma espécie de operação tartaruga para pressionar por maior remuneração.

"Tem várias propostas, por exemplo, não vou dizer que vai acontecer. Querem atender ali o policial rodoviário federal para chegar no mesmo nível do agente da Polícia Federal. Não é o delegado, é o agente. Uma pequena subida no teto deles, em torno de R\$ 1.500 [de aumento], bem como o pessoal do Depen, que tá ganhando bem lá embaixo e mexe com gente de altíssima periculosidade. Se eu não me engano tá na ordem de R\$ 6.000, R\$ 7.000 o topo da carreira deles, a ideia é dar 50%", disse o presidente.

"Daí vem um problema, é o que pode ser feito agora. Várias outras categorias dizem 'olha, se for dar 10% para o policial rodoviário federal e 30% para o pessoal do Depen, a minha categoria que eu represento, que já ganha R\$ 30 mil, eu também quero 30%, se não eu paro o Brasil'. É esse o impasse que está acontecendo", acrescentou.

No corte a ser anunciado nesta sexta, a maior pressão vem das RPVs (requisições de pequeno valor), condenações sofridas pela União no valor de até 60 salários mínimos, e das sentenças judiciais. Segundo as estimativas, o aumento líquido é de R\$ 4,3 bilhões.

Embora o Congresso Nacional tenha aprovado no ano passado um subteto para os precatórios, que alcança também essas RPVs, técnicos ouvidos pela reportagem informaram que o limite é aplicado na elaboração do Orçamento.

Caso a projeção da despesa com sentenças suba no decorrer do ano, como é o caso agora, o governo precisa suprir essa necessidade com um corte em outros gastos não obrigatórios. Não

é possível cortar os outros precatórios já contabilizados no subteto.

Também será preciso ampliar em R\$ 2,5 bilhões a previsão de recursos do Plano Safra, que financia os produtores das lavouras. A verba bancaria a reabertura das operações do período 2021/2022 e o lançamento do Plano 2022/2023, em julho.

Os técnicos também mapearam a necessidade de aumentar em R\$ 2 bilhões a verba para o Proagro, programa de garantia para financiamentos no setor rural.

Há ainda um aumento de R\$ 1,9 bilhão na previsão de despesas com o pagamento do abono salarial —espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira assinada e que ganham até dois salários mínimos— e de R\$ 0,9 bilhão no BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Algumas poucas despesas devem registrar recuo, de forma que o saldo do impacto nas obrigatórias fique abaixo dos R\$ 10 bilhões.

Os cortes resultarão em um forte aperto nas despesas discricionárias das pastas, que incluem o custeio administrativo e os investimentos.

Isso porque, segundo relatos nos bastidores, Bolsonaro quer blindar as emendas de relator, instrumento usado pelo Congresso para irrigar suas bases eleitorais com recursos federais sem seguir princípios de transparência ou equidade na distribuição da verba.

O Orçamento de 2022 foi aprovado com uma verba de R\$ 16,5 bilhões para as emendas de relator. Desse valor, R\$ 1,7 bilhão foi bloqueado em março para acomodar um aumento em despesas obrigatórias.

Técnicos coletaram informações sobre a baixa execução das emendas de relator —até agora, apenas R\$ 200 milhões foram executados, o equivalente a cerca de 1,3% da dotação autorizada. Portanto, do ponto de vista operacional, faria sentido remanejar os recursos e evitar um colapso nas pastas que já estão com a despesa bastante comprimida.

No entanto, em ano eleitoral e sob forte pressão de aliados, a orientação do presidente é passar longe dessas verbas na hora de aplicar o corte no Orçamento.

NOVAS DESPESAS QUE O GOVERNO TENTA ENCAIXAR NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2022:

Reajuste para servidores (de 5% para todos, podendo ser ainda mais para policiais): R\$ 4,6 bilhões, pelo menos

Sentenças judiciais (aumento dos valores cobrados da União por tribunais): R\$ 4,3 bilhões

Plano Safra (necessidade de ampliação para bancar operações de empréstimo para setor agrícola): R\$ 2,5 bilhões

ProAgro (necessidade de ampliação para programa de garantia para financiamentos no setor rural): R\$ 2 bilhões

Abono salarial (aumento na demanda de despesas com o pagamento, espécie de 14º salário para trabalhadores formais que ganham até dois salários mínimos): R\$ 1,9 bilhão

Benefício de Prestação Continuada (aumento na demanda do pagamento a portadores de deficiência e idosos carentes): R\$ 0,9 bilhão



Seplan elabora Carteira de Projetos do Plano de Desenvolvimento Integrado Bahia 2035

19 maio 2022

Foto: Ascom/Seplan

Elaborar a Carteira de Projetos do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) Bahia 2035. Este é objetivo dos técnicos da Superintendência de Planejamento estratégico da Secretaria Estadual do Planejamento (SPE/Seplan), que, estão reunidos com consultores da CP Empreendimentos Ltda, desde terça-feira (17). A empresa, contratada por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), colabora com o esforço do Governo da Bahia na identificação dos projetos que se inter-relacionem com os investimentos atuais, sejam complementares, e apontem novos projetos e ações para o alcance dos objetivos estratégicos do PDI.

As discussões para estruturação da carteira de projetos do PDI, de acordo com o Superintendente de Planejamento Estratégico da Seplan, Ranieri Muricy, tiveram início ainda em 2018, no bojo da elaboração do plano de longo prazo, com a elaboração da listagem inicial de projetos. “Agora, diante das mudanças de cenários que tivemos nos últimos anos, e das discussões atuais para

atualização do PDI, centramos esforços para a elaboração desse importante instrumento para o fortalecimento do planejamento de longo prazo e a promoção do desenvolvimento sustentável da Bahia”, explica.

Segundo Muricy, o PDI é um instrumento necessário para enfrentar novos desafios, riscos sociais e ambientais do século XXI, universalizando e aprofundando iniciativas inovadoras, criativas e eficientes, e ajudará a desenvolver programas de investimentos, setoriais e/ou regionais que facilitem a captação de recursos para financiamento interno ou externo, capazes de transformar a vida dos baianos em futuro próximo.

Durante essa primeira visita da CP Empreendimentos, que segue até sexta (20), as atividades serão desenvolvidas com a equipe SPE para alinhamento de critérios estratégicos previstos na metodologia de identificação dos projetos que comporão o produto final. Entretanto, o trabalho prevê outras etapas, entre elas a adesão e engajamento de todas as secretarias e órgãos da administração, que detêm as informações e conhecimentos específicos necessários para a seleção e hierarquização dos projetos.

Fonte: Ascom/Seplan

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupopos.com.br

MERCADO Ações da Eletrobras têm alta após TCU aprovar privatização

www.atarde.com.br/economia

EVENTO Conferência aconteceu na Estônia, país que é referência internacional em e-governance

Bahia participa de evento sobre governança digital na Europa

DA REDAÇÃO

Com objetivo de debater o oferecimento dos serviços públicos de maneira cada vez mais digital, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep) promoveu, em conjunto com a Estônia Hub, uma conferência sobre e-governance, que aconteceu na capital do país europeu, Talinn.

No evento, o Governo da Bahia foi representada pela consultora de negócios da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia (Prodeb), Patrícia Sampaio. A comitiva brasileira foi pelo embaixador do Brasil na Estônia, João Luiz de Barros Pereira Pinto.

A Prodeb pode ser beneficiada por meio do compartilhamento de conhecimento e parcerias que podem proporcionar um avanço nos serviços digitais do Estado

leira foi pelo embaixador do Brasil na Estônia, João Luiz de Barros Pereira Pinto.

Com uma população de 1,3 milhão de habitantes, a Estônia é referência internacional em governo digital. A nação tem 99% dos serviços entregues digitalmente.

Além disso, a gestão do país está entrando na era do governo proativo, onde a inteligência artificial já antecipa e prediz as demandas da sociedade, oferecendo o serviço antes mesmo de surgir.

A jornada, que ocorreu entre os dias 9 e 13 de maio, teve início com a apresentação do ecossistema estoniano a respeito do tema, seguido

por discussões, palestras e workshops com especialistas sobre o assunto, além de líderes empresariais internacionais compartilhando as melhores práticas em transformação digital no setor público.

Ambiente de negócios
A missão ainda se estendeu à Finlândia, que possui interação digital direta com a Estônia, sendo considerado o melhor ambiente de negócios, além ser o terceiro país mais inovador do mundo, de acordo com o Índice de Inovação da Bloomerang de 2019.

No último dia do encontro, foi firmado o Memorando de Intenções entre a Abep e a Associação de Informação, Tecnologia e Telecomunicações da Estônia, entidade que tem como objetivo unir empresas de tecnologia da informação para prover o desenvolvimento digital.

Dentro deste contexto, a Prodeb poderá ser beneficiada através de compartilhamento de conhecimento em governança digital, em que cyberssegurança, e firmando parcerias que poderão proporcionar um avanço nos serviços digitais do Estado e implementações mais efetivas para a população baiana.

CONJUNTURA

Ministério eleva para 7,9% a previsão da inflação de 2022

BRUNO BOCCHINI
Agência Brasil - São Paulo

O governo federal alterou para cima a previsão da inflação deste ano. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que em março era estimado em 6,55% para o ano, agora teve a previsão elevada para 7,9%. A estimativa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu de 6,7% para 8,10%, e a do Índice Geral de Preços (IGP-DI), de 10,01% para 11,4%. A estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) foi mantida em 1,5%. Os dados, divulgados ontem, são do Ministério da Economia.

INOVAÇÃO

Serpro apoia startups em negócios inovadores

PEDRO RAFAEL VILELA
Agência Brasil, Brasília

O Serpro, estatal do governo federal que é a maior empresa pública de tecnologia do mundo, está com edital aberto para apoiar o modelo de negócios de startups brasileiras do setor de inovação. O programa Serpro Booster seleciona empresas nascentes de tecnologia e oferece créditos para que elas acessem algumas das melhores soluções tecnológicas de administração de dados públicos do país.

De acordo com Carlos Alexandria, gerente de Prospecção de Oportunidades Inovadoras do Serpro, a ideia é fomentar o ecossistema empreendedor e de inovação no país. "O objetivo é, além

de alavancar os negócios da empresa com a venda de produtos que ajudem as startups a obter melhores soluções inovadoras para o país, buscar ideias inovadoras que estejam alinhadas com o que esse mercado realiza. O Serpro é um incentivador do empreendedorismo e da inovação nacional", afirmou.

Os benefícios incluem cotas de acesso a programas como Datavalid, que consulta as bases originais de governo para validar as informações e fazer a verificação dos dados ou imagem enviada por um interessado através de uma API, sigla que designa um conjunto de protocolos utilizados por desenvolvedores para a integração de plataformas.

Ford anuncia venda da fábrica de Taubaté

A Ford anunciou que assinou contrato de venda da fábrica de Taubaté (SP) para a São José Desenvolvimento Imobiliário. A concretização do negócio, no entanto, ainda depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Todo o processo de venda deverá ser concluído no prazo de 60 a 90 dias



Ford / Divulgação

AGRICULTURA

Conab prevê que safra de café chegue a 53,4 mi de sacas

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

A estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a produção de café é de 53,4 milhões de sacas, na safra deste ano. O volume representa acréscimo de cerca de 5,7 milhões de sacas em relação ao ciclo anterior.

Se comparado com a colheita de 2020, último ano de bialidade positiva, a produção esperada para este ano é 15,3% inferior, o que representa 9,65 milhões de sacas. O ciclo bial é uma característica da cultura e consiste na alternância de grande florada seguida de florada menos intensa.

INFORMAMOS QUE HAVERÁ INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS LOCALIDADES ABAIXO, PARA QUE SEJAM REALIZADOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA:



SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

25/05/2022 QUARTA-FEIRA
CAMAÇARI/QUARENTA E SEIS - das 09:30 às 16:30 - Av. Eixo Urbano Central, Av. Rio Camacari, Rua Cel Joao Araujo, Rua Ciclovvia II, Rua da Ciclovvia, Rua da Liga, Rua do Campo, Rua dos 46 e Tv. do Alecrim.
LAURO DE FREITAS/CENTRO - das 09:00 às 16:00 - Av. Aliomar Baleeiro, Praça Joao Thiago dos Santos, Rua Amapá, Rua Assembleia de Deus, Rua Bispo Renato Conceição da Cunha, Rua Edvaldo da Silva, Rua Getúlio Vargas, Rua Manoel Silvestre Leite, Rua Romualdo de Brito, Tv. 1 Edvaldo da Silva e Tv. São João do Aeroporto.
LAURO DE FREITAS/VILA PRAIANA - das 10:00 às 16:00 - Rua Alto da Vila Praiana, Rua Campo Formoso, Rua Carlos Gomes, Rua Ministro Antonio Carlos Magalhaes, Rua Sakete, Rua Santa Marta, Rua Sao Jose, Rua Sao Martins, Rua Tiradentes, Tv. 2 Sakete, Tv. 2 Sao Marcos e Tv. 2 Vila Praiana.
SALVADOR/PITUBA - das 09:00 às 15:00 - Rua Amazonas, Rua Frederico Simoes, Rua Manoel Andrade, Rua Pernambuco e Rua Sao Paulo.
SALVADOR/RIO VERMELHO - das 09:00 às 16:00 - Av. Amaralina.

Pequeno.
SALVADOR/CASTELO BRANCO - das 09:00 às 16:00 - Av. Antonio Carlos Magalhaes, Rua 55 Etapa 03, Rua Alvaro da Franca Rocha, Rua Lirio do Vale, Rua Marinheiro Sandoval dos Santos, Rua Salinas das Margaridas, Rua Soldado Ademir dos Santos e Rua Soldado Evilasio de Assis.
SALVADOR/MUSSURUNGA - das 09:00 às 17:00 - Caminho 04 Gleba C, Caminho 07 Gleba C, Caminho 1 Gleba C, Caminho 16 Gleba C, Caminho 32 Gleba C, Caminho 33 Gleba C, Caminho 9 Gleba C, Caminho Setor C, Conjunto Mussurunga I Setor C Caminho 30, Conjunto Mussurunga I Setor C Caminho 31, Conjunto Mussurunga I Setor C Rua C, Rua Armando Novais Silveira, Rua Doutor Arthur Couto, Rua Eurico da Costa Coutinho, Rua Hilda Martinez, Rua Leste e Via L 28 1 Parque Sao Cristovao.

28/05/2022 SABADO
SALVADOR/LUIS ANSELMO - das 09:00 às 16:00 - Rua Luiz Anselmo, Av. Sao Rafael e Rua Raul Leite.
SALVADOR/PARALELA - das 09:00 às 17:00 - Av. Alphaville, Av. Luis Viana Filho, Condomínio Loteamento Jardim Metrópole, Rua Marcos Pinheiro e Condomínio Praia do Sol Rua D.
SALVADOR/RIO VERMELHO - das 09:00 às 16:00 - Rua Conselheiro Pedro Luiz, Rua Joao Gomes, Rua Sotero Monteiro e Rua Eurycles Mattos.

29/05/2022 DOMINGO
SALVADOR/FEDERAÇÃO - das 10:00 às 15:00 - Av. Cardeal da Silva, Av. Falcão, Ladeira das Carmelitas, Ladeira Fonte do Forno, Rua Mata Maroto e Tv. 1 Apolinario de Santana.

30/05/2022 SEGUNDA-FEIRA
MATA DE SÃO JOÃO/IMBASSAI - das 10:00 às 15:00 - Povoado Imbassai, Povoado Sucuiu Nambu e Povoado Barro Branco.
SALVADOR/MUSSURUNGA - das 09:00 às 16:00 - Caminho 10 Gleba H, Caminho 11 Gleba H, Caminho 12 Gleba H, Caminho 16 Gleba H, Caminho 2 Gleba H, Caminho 22 Gleba H, Caminho 3 Gleba H, Conjunto Mussurunga I Setor H, Conjunto Mussurunga I Setor H Rua J Caminho 11, Rua Adriano de Azevedo Ponde, Rua Desembargador Moacyr Pitta Lima, Rua Desembargador Wilde de Lima, Rua Doutor Arthur Couto, Rua J Setor H e Rua Quarenta e Nove.
SALVADOR/RIO VERMELHO - das 09:00 às 16:00 - Av. Anita Garibaldi, Av. Cardeal da Silva, Av. Oceanica e Rua Morro da Paciencia.

31/05/2022 TERÇA-FEIRA
MATA DE SAO JOAO/IMBASSAI - das 10:00 às 16:00 - Rua Imbassai, Loteamento Praia de Imbassai, Rua Manoel Leal, Povoado Imbassai, Loteamento Imbassai Pequeno, Rua Imbassai Pequeno, Rua Central, Loteamento Mar Belo, Rua Boa Sorte e Povoado de Pau Brasil.
SALVADOR/BAIRRO DA PAZ - das 08:30 às 16:30 - Alameda Salvador, Alameda Princesa Isabel, Rua Alto do Sossego, Rua Presidente Dutra, Rua Princesa Isabel da Paz, Tv. 1 do Sossego e Tv. 4 Sossego.
SALVADOR/ITAPUA - das 09:00 às 16:00 - Largo Genipapeiro, Rua Genipapeiro, Rua Jayme Sapólnik, Rua Manoel Lisboa, Rua Walter Gramado, Tv. Belo Horizonte e Tv. Genipapeiro.
SALVADOR/ITAPUA - das 09:00 às 17:00 - Rua Antonio Carlos Magalhaes, Rua da Ilha, Rua do Tamarineiro, Rua Dr. Leopoldo, Rua Franca Teixeira, Rua Joao Durval Carneiro, Rua Km 17, Rua Luis Eduardo Magalhaes, Tv. 1 Franca Teixeira e Tv. Bonsucesso de Itapuã.

NEOENERGIA COELBA SERVIÇOS
1.116 É O TELEFONE DA NEOENERGIA COELBA PARA SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA. ANTES DE QUALQUER LIGAÇÃO, VERIFIQUE O DISJUNTOR DE SUA INSTALAÇÃO.
2. AO FAZER A SUA RECLAMAÇÃO, INFORME O NÚMERO DO CONSUMIDOR INDICADO NA SUA CONTA, ISSO FACILITARÁ O ATENDIMENTO.

www.neoenergiacoelba.com.br

AMPLIAÇÕES E MELHORIAS NA REDE ELÉTRICA

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Por um imposto regulador dos preços dos combustíveis

Adotada pela Petrobras, regra de paridade internacional poderia ser mantida

Julia de Medeiros Braga

Economista e professora da Faculdade de Economia da UFF (Universidade Federal Fluminense)

Apesar de o Brasil ser detentor de uma das mais generosas riquezas naturais do mundo, como o pré-sal, as rendas governamentais vinculadas à exploração dessas riquezas geram montantes relativamente pequenos aos cofres públicos diante do tamanho da economia e da carga tributária total.

No caso do petróleo, a parcela dos impostos incidentes na comercialização dos seus derivados, constituída principalmente do ICMS, é paga pelo consumidor. Mesmo essa carga não é das maiores no mundo: na média da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a participação dos tributos sobre o preço final de comercialização é de 54% (dados da Opep de 2020). No Brasil, essa carga na gasolina é de 39%, no diesel, 20%, e, no GNV (gás natural veicular), 23%.

É a carga de impostos que incide na exploração do petróleo e gás no Brasil paga pelas empresas? Esses tributos são constituídos de impostos federais sobre lucros (CSLL e IRPJ) e as rendas de exploração, que são os royalties e as participações especiais recolhidas por estados, municípios e União.

Segundo a Receita Federal, a arrecadação dos impostos federais sobre lucros do setor petrolífero foi de irrisório 0,05% do PIB na média dos anos de 2011 a 2020, período em que ocorreu um aumento das deduções legais praticadas. Já o pagamento de royalties e participações atingiram níveis recordes de R\$ 74,4 bilhões em 2021, mas representam apenas 0,86% do Produto Interno Bruto. Assim, se em 2021 a soma dos dois totalizar uma carga tributária perto de 1% ou 1,1% do PIB, a contribuição da produção de petróleo na receita tributária brasileira fica entre 3% e

4,5% do total arrecadado.

De fato, dados apresentados no livro "International Taxation and the Extractive Industries", por Philip Daniel e outros, ilustram que a arrecadação advinda da indústria extrativa (incluindo petróleo e minérios) tem peso extremamente baixo na receita tributária total no Brasil (menos de 5%), em grande contraste com outros países. Essa participação chega a mais de 60% na Arábia Saudita e Emirados Árabes; no México fica próxima de 30%; na Noruega e na Rússia, 20%; e, no Chile, 15%.

Na comparação setorial, dados da Firjan (relativos a 2016), considerando os impostos de todos os entes da Federação sobre produtos líquidos de subsídios, mostram que os setores intensivos na exploração de commodities (incluindo a agropecuária e a indústria extrativa) pagam, juntos,

apenas 7% do valor bruto da produção. Já a indústria da transformação paga uma carga tributária de 45%; os serviços de utilidade pública, 40%; o comércio, 36%; a construção, 14%.

Essa subtributação da exploração do petróleo indica fazer sentido a criação de um imposto sobre o direito de exportar o óleo cru, conforme já foi defendido por Sergio Gobetti e outros. O pulo do gato é que esse imposto tem uma lógica oposta aos demais porque não é repassado ao consumidor; pelo contrário, é um incentivo a reduzir o preço interno. Como os preços do petróleo são formados nos mercados internacionais, o imposto sobre a exportação resulta numa redução do lucro exigido pelo exportador para vender internamente.

Embora o preço seja cotado nos mercados internacionais, o custo de extração não é homogêneo e, no Brasil, com o pré-sal, situa-se entre os menores do mundo. Com esse imposto, a regra de preço da Petrobras pode manter a paridade internacional, descontando, porém, essa parcela de impostos. Essa alíquota deve ser flexível e escalonada de forma que o descuido tributário seja tão maior quanto maior o preço. Assim, o imposto acaba tendo um papel regulador contra as oscilações dos preços. Essa alíquota deve ser zerada caso o preço internacional caia para um limiar de forma a preservar o lucro normal da empresa, considerando seu (baixíssimo) custo de extração e todos os outros, inclusive os custos de importação dos derivados. No médio prazo, esse imposto é também um incentivo fiscal ao aumento da capacidade de refino e de investimentos em escoamento do gás associado.

[...]

Essa subtributação da exploração do petróleo indica fazer sentido a criação de um imposto sobre o direito de exportar o óleo cru (...). O pulo do gato é que esse imposto tem uma lógica oposta aos demais porque não é repassado ao consumidor; pelo contrário, é um incentivo a reduzir o preço interno

Espanha é feia, e Brasil segue o mesmo modelo

País europeu já tem forte concorrente na destruição da paisagem litorânea

João Lara Mesquita

Editor do site www.marsemfim.com.br

O Brasil tem um rival na destruição da paisagem litorânea: a Espanha. O editor Andrés Rubio, do jornal espanhol El País, publicou um livro para denunciar a especulação imobiliária e a feitura produzida: "Espanha Feia - El Caos Urbano, El Mayor Fracaso de la Democracia" ("Espanha Feia - Caos Urbano, O Maior Fracasso da Democracia"), um estudo das barbaridades cometidas na herança espanhola desde o fim da ditadura do general Francisco Franco.

"Por que a Constituição de 1978 não incluí a palavra 'paisagem'?" Esta e outras são algumas das perguntas de Rubio (a Carta Brasileira menciona e "protege" a paisagem, apesar de não ter adiantado). Com base em entrevistas, ele descreve os absurdos praticados desde as costas mediterrâneas até as do norte.

Segundo o site aldianews.com, "Rubio revela a estratégia de políticos e desenvolvedores ignorantes e corruptos, com o silêncio cúmplice de uma guilda desmobilizada, a da arquitetura, somada à indiferença e ignorância do mundo intelectual e midiático". Hoje, diz a Reuters, para combater as ocupações "o governo planeja usar compensação e expropriação para limpar empreendimentos ilegais". "O plano de 5 bilhões de euros tem como alvo mais de 3.000 propriedades ilegais".

Enquanto os 5 bilhões não chegam, pesquisadores publicam artigos como "Erosion by human impact on

the Valencian coastline" ("Erosão por impacto humano na costa valenciana") no Journal of Coastal Research.

Para o www.thic.es, "o avanço do tijolo está destruindo tudo. Especialmente os recursos naturais, segundo o relatório 'A Toda Costa', elaborado pelo Greenpeace e pelo Observatório da Sustentabilidade, que avalia o estado da costa através da perda de bens e serviços ambientais".

Em razão do modo deplorável com que "ocupamos" uma área imensa e belíssima, aproveito para sugerir

[...]

Em razão do modo deplorável com que "ocupamos" uma área imensa e belíssima, aproveito para sugerir uma reflexão antes que todas as nossas praias se transformem em Riviera de São Lourenço (SP) ou Balneário Camboriú (SC). (...) É hora de revermos o modelo que pereniza a pobreza dos nativos, destrói a paisagem e ameaça a vida marinha

uma reflexão antes que todas as nossas praias se transformem em Riviera de São Lourenço (SP) ou Balneário Camboriú (SC).

É hora de revermos o modelo brasileiro que pereniza a pobreza dos nativos, destrói a paisagem, prejudicando o turismo (vocações natural do litoral), e ameaça a vida marinha.

A Espanha, país rico, conta com saneamento básico. Pindorama, não. Diariamente são despejadas 5.300 piscinas olímpicas de esgoto nas águas brasileiras, doces e salgadas.

Para piorar, os ecossistemas mais importantes, como mangues, são extirpados muitas vezes pelos próprios prefeitos — grande parte deles comanda a especulação — para a construção de condomínios, hotéis ou novos bairros.

Além desses problemas, a Câmara aprovou proposta de emenda à Constituição, do deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), que prevê o repasse dos terrenos da Marinha, hoje em poder da União, a estados e municípios.

Como esta Folha disse no editorial "Temeridade litorânea" (25/2), foi uma "votação açodada" que "envolve interesses e riscos ainda não inteiramente dimensionados". O litoral brasileiro chafurdou na decadência da qual jamais sairá se não tomarmos medidas urgentes (veja todos os data espanhola no post "A Espanha é feia, e uma maldança da imprensa omissoa" em www.marsemfim.com.br).

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Usuários de crack na esquina da rua Frederico Steidel com a avenida São João, em São Paulo

Danilo Verpa/Folhapress

Cracolândia

Maria Hermínia Tavares ("Monumento ao que somos", Opinião, 19/5) foi certeira sobre o que acontece na cracolândia após a sétima fase da Operação Caronte. A falta de continuidade das ações sociais é perceptível na lista de programas já apresentados: Nova Luz, Braços Abertos, Redenção, Redenção fase 2 e Redenção fase 3. No discurso dos gestores, a assistência social é sempre prioridade. Mas, entre 2018 e 2021, a secretaria da área teve seis secretários diferentes. De constante mesmo só as ações policiais, que atingem majoritariamente os usuários.

Ana Trigo (São Paulo, SP)

STF e Bolsonaro

"Bolsonaro mantém ataques ao STF e fala em interferências indevidas no governo" (Política, 19/5). É um delinqüente, que deve ser julgado, condenado e encarcerado para Bangú 8. Ponto final.

Maria Antonia Di Felippo (Santo André, SP)

Infelizmente, é o que temos para o momento. Mas em quatro meses vamos mudar essa situação. Quem não fez nada em 30 anos de vida pública é tão maligno que pode entrar o Brasil em mais quatro anos. Estamos, sim, todos armados, mas com o título de eleitor! Maria Izabel Costa (Curitiba, PR)

Bolsonaro; metade do tempo atacando o Judiciário e a outra metade de férias. Alexandre de Assis Costa (São Paulo, SP)

STF por si só

Excelentes o raciocínio e o encadeamento de argumentos de Conrado Hübner Mendes no artigo "Caia boca não morreu no STF" (Política, 19/5), em que critica todos os que se dizem democratas, mas, no fundo, são autoritários. A pressão através da aplicação de pesadíssimas multas pelo STF colabora com as pessoas que trabalham para o fim da democracia.

Vital Romanelli Penha (Jacareí, SP)

Muito bom o artigo. Queria ver umas biografias não autorizadas de juízes do STF expondo detalhes constrangedores. José Cardoso (Rio de Janeiro, RJ)

Voto útil

"Campanha contra voto útil no 1º turno une rivais de Lula e Bolsonaro" (Política, 19/5). O segundo turno é muito importante na democracia para incorporar temas relevantes para os outros eleitores, ampliar a base de apoio e legitimar o eleito. A melhor resposta da sociedade neste momento é Bolsonaro nem chegar ao segundo turno.

Wilson Oliveira (São Paulo, SP)

A eleição pode ser decidida no primeiro turno. Por que não votar em Lula?

Jane Medeiros (Rio de Janeiro, RJ)

Votarei com consciência. Ciro é o melhor para o nosso futuro. Voto útil no primeiro turno só interessa a quem não tem projeto e não quer debater.

Graça Almeida (Belo Horizonte, MG)

A democracia está em jogo. Temos que definir esta eleição já no primeiro turno, pois correremos sérios riscos de nunca mais votarmos para presidente. Que a terceira via desista, em prol da democracia no país.

Camila Lopes (São Paulo, SP)

Eletobras

Como aceitar a privatização da Eletrobras, feita a toque de caixa e com todos os júbilos all incluídos, que privilegiarão determinados grupos? Onde estão o Congresso e os partidos que não pedem a imediata interrupção desse descalabro? É um setor estratégico para o país. É preciso uma investigação para mostrar quem serão os beneficiados.

Rosana Gomes (São Paulo, SP)

1.880

Deliciei-me lendo a coluna "1.880 caracteres" de Becky Korich (Opinião, 19/5). Entendi e senti as palavras precisas. Escrever é realmente uma arte.

Sueli Fernandes (São Paulo, SP)

Ainda emocionada após ler essa sensível crônica, que nos direciona aos ensinamentos de nosso mestre. Nesse espaço exíguo, são expostas em letras cursivas as mais lindas histórias de nossa cultura. Cinema, arte, poesia e biografias sintetizadas em apenas 1.880 caracteres, relembrando épocas maravilhosas e nos ensinando a arte como escrita. Parabéns à autora por sua sensibilidade e reconhecimento diante desse grande escritor e jornalista. — Ruy Castro.

Terzinhos Dias Rocha (São Paulo, SP)

Quero elogiar a qualidade do texto de Becky S. Korich, que escreve nesta quinta-feira no lugar de Ruy Castro, e sugerir que a escritora tenha um espaço semanal neste jornal.

Hanita Bergmann Vago (São Paulo, SP)

Ensino domiciliar

Como estudou em casa não perdeu. E dizer que alunos que estudam em casa perdem o contato social não é verdade. Esses alunos frequentam clubes, praias e desenvolvem habilidades manuais, além de viajarem para conhecer outros lugares. O ideal seria que toda criança tivesse acesso a um ensino gratuito e de qualidade, mas o sistema falha. E quem pode pagar. É triste, mas é real, estamos num salve-se quem puder.

Luciana Lins (Campinas, SP)

ERRAMOS

eramos@grupofolha.com.br

MERCADO (19. MAI., PÁG. A21) O valor total liberado com o pagamento da segunda parcela do 13º do INSS é de R\$ 28,3 bilhões, não de R\$ 28,3 milhões.

Governo adia decisão sobre reajuste de servidor e parcela corte no Orçamento

Plano é deixar para julho bloqueio adicional de cerca de R\$ 5 bi para acomodar impacto de aumentos

Idiana Tomazelli e Marianna Holanda

BRASÍLIA - O governo adiou a decisão final sobre os reajustes ao funcionalismo, diante do impasse envolvendo a promessa do presidente Jair Bolsonaro (PL) de aumento mais generoso às carreiras policiais em ano eleitoral, e parcelar o corte no Orçamento deste ano.

Em sua live semanal, o chefe do Executivo mencionou a necessidade de fazer um bloqueio de quase R\$ 10 bilhões. No início da noite desta quinta (19), um número que circulava entre técnicos do governo era o de um corte de R\$ 8,7 bilhões.

Se valor final ainda precisa ser validado pela JEO (Junta de Execução Orçamentária), formada pelos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Paulo Guedes (Economia).

Segundo pessoas do governo, a decisão é adiar para julho um bloqueio adicional de cerca de R\$ 5 bilhões para acomodar o impacto do reajuste de 5% a todos os servidores e de um aumento diferenciado para policiais.

Hoje, o governo evita impor uma restrição mais severa aos ministérios, que têm suas verbas discricionárias (que incluem custeio e investimentos) reduzidas sempre que há altas despesas obrigatórias.

Há o entendimento de que Bolsonaro pode encaminhar ao Congresso os projetos de lei que tratam dos reajustes e sanção dos projetos aprovados pelos parlamentares sem ter reserva prévia no Orçamento para o aumento de despesa.

A única condição, de acordo com esses técnicos, é que todas as etapas até a publicação das leis corram até o início de julho — quando passa a vigorar a proibição da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) de aumento de gasto com pessoal nos últimos 180 dias do mandato.

Como mostrou a Folha, o governo calculava precisar de um bloqueio de cerca de R\$ 15 bilhões para compensar o crescimento de despesas obrigatórias e também os reajustes. Outros R\$ 2 bilhões seriam necessários para cobrir reajustes nos demais Poderes.

"O Orçamento é pequeno. Em dando 5% [de reajuste], vão ser R\$ 17 bilhões", afirmou o presidente.

Nos últimos dias, porém, as discussões sobre como ficarão as remunerações do funcionalismo foram marcadas por idas e vindas. Bolsonaro quer um tratamento diferenciado para servidores da segurança pública, ideia que



O ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente Jair Bolsonaro

enfrenta resistências dentro do primeiro escalão do governo pelo risco de insatisfação das demais categorias.

Dada a indefinição e o prazo exigido — o relatório de avaliação do Orçamento precisa ser divulgado nesta sexta-feira (20) — a opção dos técnicos foi deixar para incorporar o impacto dos reajustes no relatório que será apresentado até 22 de julho.

Os cálculos internos apontam que o Executivo precisa de mais R\$ 4,6 bilhões para conseguir bancar o reajuste linear de 5% para todos os servidores. O custo total da medida é de R\$ 6,3 bilhões, mas o Orçamento já tem uma reserva de R\$ 1,7 bilhão.

Os cálculos internos apontam que o Executivo precisa de mais R\$ 4,6 bilhões para conseguir bancar o reajuste linear de 5% para todos os servidores. O custo total da medida é de R\$ 6,3 bilhões, mas o Orçamento já tem uma reserva de R\$ 1,7 bilhão.

Caso haja uma reestruturação pontual das carreiras da PRF (Polícia Rodoviária Federal) e do Depen (Departamento Penitenciário), haverá um impacto adicional de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões. Bolsonaro quer conceder um reajuste maior para as carreiras de segurança pública para atender a uma promessa feita ao grupo, que compõe sua base eleitoral. Nas pesquisas pela disputa pelo Planalto, ele aparece em segundo lugar, atrás do ex-presidente Lula.

O desejo original do presidente era contemplar todas as corporações, mas, diante da forte restrição de recursos, as discussões mais recentes indicam que o governo deve focar apenas a PRF e o Depen, que tem menos salários.

A proposta que mais ganhou força nos últimos dias é fazer uma reestruturação para equiparar os salários dos agentes da PRF aos da Polícia Federal, além de atender ao Depen. Além de Bolsonaro ter auxiliares que pertencem à PRF, o aceno à corporação também é atribuído à proximidade com o presidente, uma vez que são esses policiais que fazem a segurança em motocicletas.

Pessoas do governo também afirmam que está em elaboração o decreto presidencial que vai autorizar a nomeação de mais 625 agentes da PF e outros 625 da PRF o recurso para essa medida, porém, já es-

Despesas que o governo tenta encaixar na execução orçamentária

- Reajuste para servidores (de 5% para todos, podendo ser ainda mais para policiais): R\$ 4,6 bilhões, pelo menos
Sentenças judiciais (aumento dos valores cobrados da União por tribunais): R\$ 4,3 bilhões
Plano Safra (necessidade de ampliação para bancar operações de empréstimo para setor agrícola): R\$ 2,5 bilhões
ProAgro (necessidade de ampliação para programa de garantia para financiamentos no setor rural): R\$ 2 bilhões
Abono salarial (aumento na demanda de despesas com o pagamento a portadores de deficiência e idosos carentes): R\$ 0,9 bilhão

tá previsto no Orçamento e não exigirá cortes adicionais. Permanece, porém, o temor no primeiro escalão do governo de que o aceno diferenciado inviabilize a estratégia de aplacar os ânimos do funcionalismo com o reajuste de 5%. Há categorias em greve, como a dos servidores do Banco Central, e outras que adotaram uma espécie de operação tartaruga para pressionar por maior remuneração.

No corte a ser anunciado nesta sexta, o maior pressão vem das RPVs (requisições de pequeno valor), condenações sofridas pela União no valor de até 60 salários mínimos, e das sentenças judiciais. Segundo as estimativas, o aumento líquido é de R\$ 4,3 bilhões. Embora o Congresso Nacional tenha aprovado no ano passado um subteto para os precatórios, que alcança também essas RPVs, técnicos ouvidos pela reportagem informaram que o limite é aplicado na elaboração do Orçamento.

Caso a projeção da despesa com sentenças suba no decorrer do ano, como é o caso agora, o governo precisará suprir essa necessidade com um corte em outros gastos não obrigatórios. Não é possível cortar os outros precatórios já contabilizados no subteto.

Também será preciso ampliar em R\$ 2,5 bilhões a previsão de recursos do Plano Safra, que financia os produtores das lavouras.

Os técnicos também mapearam a necessidade de aumentar em R\$ 2 bilhões a verba do Proagro, programa de garantia para financiamentos no setor rural.

Há ainda um aumento de R\$ 0,9 bilhão na previsão de despesas com o pagamento do abono salarial e de R\$ 0,9 bilhão no BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Sensedia S.A. Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
Table with financial data, including Balances Patrimoniais, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Resultados, Demonstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido, and Demonstrações das Mutuações do Patrimônio Líquido.

Já saímos do inferno da inflação, diz Guedes

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta quinta (19), durante evento em São Paulo, que o Brasil já saiu "do inferno" ao se referir à inflação. "Nós já saímos do inferno, conhecemos o caminho e sabemos como se sai rápido do fundo do poço", afirmou. Apesar da declaração, a pasta divulgou, também nesta quinta, que elevou a expectativa de inflação (IPCA) deste ano de 6,5% para 7,9%. Também manteve a projeção para o crescimento do PIB para 2022 em 1,5%. Os dados anteriores haviam sido anunciados pela pasta em março e são revisados periodicamente porque servem de referência para ajustar a execução orçamentária.

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painsa@grupofolha.com.br

Legalize já

Depois de se reunir com Luciano Bivar, presidente da União Brasil e pré-candidato ao Planalto, na semana passada, Felipe Miranda, o CEO da Empiricus, empresa do grupo BTG, preparou um documento com ideias que podem servir de base para o plano econômico de Bivar. Entre os tópicos para o desenvolvimento do país, Miranda incluiu a legalização da maconha e dos cassinos, ao lado da defesa das privatizações, da reforma tributária, com imposto único, e da administrativa.

LENTE O texto também propõe foco na educação e no combate ao custo-Brasil. A ideia, segundo Miranda, é promover um liberalismo irrestrito, não só na economia, mas também nos costumes. Seria, na opinião do empresário, um movimento em defesa da visão de mundo do livre mercado promovida por Milton Friedman na Escola de Chicago.

DICIONÁRIO "O programa está ancorado em três princípios: união, modernidade e liberdade. Aqui, entende-se liberdade como um conceito amplo, sem restrições, porque, por definição, quando a prisão-namos num determinado espectro, perdemos a capacidade de ser inteiramente livres", escreveu o CEO da Empiricus.

DOSE Além do desenvolvimento de um mercado de canabidiol medicinal, Miranda propõe liberar o uso recreativo da maconha, com alta fiscalização e tributação para elevar o potencial arrecadatório.

ASA Após a Azul e a Latam, a Gol anunciou a retomada gradual do serviço de bordo. A partir do domingo (22), os snacks voltam aos voos domésticos de Congonhas e Guarulhos. Para viagens de Brasília e do Rio, a previsão é 1º de junho. A comida a bordo estava suspensa desde o início da pandemia. O serviço completo, com outras bebidas além de água, volta em 16 de junho em todos os voos no Brasil.

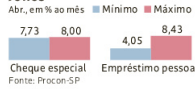
DRINQUE Desde que começaram a suas atividades após o recuo da pandemia, as casas noturnas se preparam para revisar pela terceira vez os preços dos cardápios de bebidas e comidas neste ano, segundo Fábio Aguiar, presidente da Abrabar (associação de bares e casas noturnas).

GARÇOM Segundo ele, o ritmo está bem acima da frequência habitual de reajustes. "Muitos já revisaram duas vezes e estão programando outra para o início do segundo semestre", diz Aguiar. A média dos reajustes dos cardápios de bebidas varia de 15% a 20%. Nos preços da comida, giram em torno de 10%, segundo ele. Com o patamar do dólar, o impacto é maior sobre as casas que vendem bebidas importadas.

com Andressa Motter e Paulo Ricardo Martins

INDICADORES

JUROS



Cheque especial R\$ 2.826,66
Empréstimo pessoal R\$ 4.050,00

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Autônomo e facultativo
Valor mín. R\$ 1.212,00 20% R\$ 242,40
Valor máx. R\$ 7.087,22 20% R\$ 1.417,44

O autônomo que prestar serviços a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso natural.

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.212 5% R\$ 60,60

Assalariado
Até R\$ 1.212,00 7,5%
De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35 9%
De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03 12%
De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22 14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 20 mai. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição.

COBRANÇA Guilherme Farid, diretor do Procon-SP diz que vai levar dois pontos principais para debater no Conselho Nacional de Defesa do Consumidor. A discussão sobre a dosagem das multas aplicadas pelas entidades foi assunto de evento dos supermercados com Bolsonaro nesta semana e é tema de projeto em tramitação na Câmara.

LIMITE Segundo Farid, há, de fato, uma preocupação com a proporcionalidade na aplicação de multas a pequenos estabelecimentos. "A discussão é tentar encontrar um equilíbrio entre a multa de uma padaria ou um mercadinho e a de uma big tech", afirma. O outro debate é se o valor aplicado deve respeitar a circunscrição do faturamento da empresa conforme o órgão.

ASFALTO Após registrar acidentes na frota, a Buser promete quadruplicar a instalação de câmeras de fadiga nos ônibus que operam na rede da empresa. A tecnologia é capaz de identificar sinais de cansaço e desativar do motorista para avisar à central de monitoramento, segundo a Buser. Até o final do ano, 800 veículos terão o equipamento.

DESTINO O aplicativo também planeja dobrar o número de veículos com telemetria, sistema para acompanhar a situação do ônibus em tempo real, indicando horário de saída e problemas mecânicos.

ALIANÇA Empresários bolsionistas mais atuantes nas redes sociais punaram críticas e ataques ao casamento do ex-presidente Lula nesta quarta (18), Otávio Fakhoury, que é presidente do diretório do PTB em SP e alvo do inquérito das fake news, compartilhou um vídeo convocando apoiadores de Bolsonaro a comparecer ao local do evento.

ALTAR "Quem puder, vem para cá para a gente mandar umas palavras para o ladrão", afirma um apoiador no vídeo divulgado por Fakhoury. O dono da Haven, Luciano Hang, já vinha, desde o início da semana, alimentando comentários de bolsionistas ao casamento. "Por que não vão passar a lua de mel na Venezuela?", escreveu Hang.



Termelétrica Mário Covas, em Cuiabá, que vai cobrir produção de outras quatro usinas Gov MT/Divulgação

Aneel aceita backup para cobrir térmicas atrasadas da J&F que custam R\$ 18 bi

Projetos fazem parte do grupo de 14 usinas antirracionamento que são questionadas pelo setor por elevarem a conta de luz em 4,5%

Alexa Salomão e Nicola Pamplona

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO As térmicas a gás contratadas pelo novo regime simplificado estão em uma nova controvérsia: 4 dos 14 projetos que deveriam estar em operação desde 1º de maio, mas ainda estão em obras, serão cobertos por outra usina enquanto não ficam prontos.

O backup foi aprovado na teoria (17) em reunião de diretoria da Aneel (Agência Nacional do Setor de Energia Elétrica). O diretor relator, Efraim Pereira da Cruz, deu aval para a operação em caráter cautelar, ou seja, não é definitivo, mas libera a operação. Também participaram o diretor geral substituído, Hélio Neves Guerra, que presidiu os trabalhos, e o diretor Sandoval de Araújo Feitosa Neto.

A decisão suspendeu o pagamento em multas, segundo estimativas, as quatro térmicas vão custar R\$ 18 bilhões até o fim de 2025.

As usinas pertencem à Ambar Energia, braço da J&F, também controladora da JBS, gigante global do setor de carnes. Enquanto estão em obras, a falta de sua geração será coberta pela oferta da Termica Mário Covas, em Cuiabá, também da Ambar.

A decisão da Aneel foi recebida com espanto por integrantes do setor de energia, pois a avaliação é que a agência não atuou em benefício do consumidor.

"Criaram um grande jabuti regulatório", diz Paulo Pedrosa, presidente da Abrace, entidade que representa os grandes consumidores de energia. A alternativa, avalia ele, contraria a regra do leilão e o que foi previsto nos contratos e vai contra a redução da conta de luz.

Há outros detalhes que incomodaram os especialistas do setor. Pelo contrato, as térmicas do leilão simplificado precisam ser novos projetos, construídos do zero, para expandir o sistema de abastecimento, ou usinas que ainda não estivessem em operação na data do certame.

A cláusula 4.4 do contrato que rege o leilão estabelece que "a energia definida no contrato não poderá ser entregue por outra usina do vendedor, por outro agente da CCEE [Câmara de Comercialização de Energia Elétrica], nem pelo conjunto dos agentes em razão de operação otimizada do SIN [Sistema Interligado Nacional]".

Esse documento tem o logotipo da Aneel, pois foi ela que realizou o leilão, por delegação do MME (Ministério de Minas e Energia). O documento estava anexado ao edital.

"Para nós, o contrato é claro ao vedar explicitamente a transferência de energia, e estamos preparando nossa contribuição à Aneel, na forma de um recurso", diz Pedrosa, da Abrace.

O pedido da Ambar à Aneel para que aceite o backup dos projetos atrasados corre em sigilo na agência. Segundo pessoas ouvidas pela Folha, a área técnica ainda nem avaliou. Procurada pela reportagem, a agência não respondeu.

Em nota, a Ambar afirmou que os projetos serão integralmente entregues, dentro do prazo contratual, adicionando a capacidade de geração ao sistema elétrico.

"A proposta da companhia mantém a construção das novas usinas, já em andamento, além de reduzir a emissão de gás de efeito estufa em 15 vezes e beneficiar o consumidor em R\$ 628 milhões em relação ao projeto inicial", diz o texto.

As térmicas deveriam começar a gerar energia em 1º de maio, com fornecimento regular até 2025. Não são desligadas como outras térmicas. O adiamento na operação prevê multa e cancelamento do contrato após três meses de atrasos, ou seja, 1º de agosto.

A térmica de Cuiabá, que tem cerca de 20 anos, não se encaixa no perfil estabelecido na regra, afirma Pedrosa. "Essa decisão protege a térmica prejudicando o consumidor", diz.

"O agente ganhou o leilão com uma proposta e, quando ganhou, essas térmicas não poderia ter participado da licitação porque era uma térmica existente, que gerou emergencialmente para atender os consumidores, por decisão do governo, a um custo altíssimo. Não podia participar do leilão, então, não entrou pela porta da frente, mas agora entra pela porta de trás."

Entre executivos mais antigos do setor de energia, circulou a seguinte analogia para explicar como interpretaram a decisão da agência: em outubro venderam um carro zero para entrega em maio. Chegou maio, o intermediário, a Aneel, autorizou que entregassem um Fusquinha antigo no lugar.

Entidades do setor de energia e de defesa do consumidor, que já consideravam essas térmicas desnecessárias e caras, estão pedindo explicações à agência. Internamente, a decisão da diretoria tam-

GOVERNO PÚBLICA
DECRETO COM REGRAS PARA MERCADO DE CARBONO

O governo federal publicou nesta quinta-feira (19) um decreto com regras para o mercado de carbono no país. A norma, em outras palavras, prevê a instituição de regras para o mercado que funciona como a maioria dos outros: quem tem sobrando vende para quem precisa, de preferência a um preço que satisfaça aos dois lados. Nesse caso, o que se comercializa não é um produto físico. Carbono é uma forma simplificada de chamar a emissão de gases que provocam o aquecimento global. Como o mais comum deles é o CO₂ (gás carbônico), o termo carbono passou a ser um sinônimo desses gases nas discussões climáticas. Cada tonelada de gás carbônico corresponde a uma credência de carbono, que pode ser comprado ou vendido.

Enquanto opera como backup, a térmica de Cuiabá vai receber R\$ 616,03 R\$/MWh, um valor inferior ao leilão e ao do mercado para projetos de gás semelhantes. Por causa da guerra, o preço do gás teve repique e um projeto do gênero ficaria acima de R\$ 3.000.

No entanto, o valor é considerado elevado comparado com outras fontes ou com a média atual, com os reservatórios das hidrelétricas cheios. A projeção é que o preço da energia no mercado à vista neste ano fique abaixo de R\$ 60/MWh.

bém causou mal-estar. Um superintendente da área de geração da Aneel tem dito a colegas que não assina estudos para embasar resolução sobre as térmicas da Ambar.

A Abrace já havia enviado correspondência à Aneel mostrando que a maioria dessas térmicas estava atrasada e se licitando que, dado o seu alto custo, seria prudente aplicar a suspensão dos contratos das empresas que não gerassem energia até a data limite.

Associações de defesa do consumidor estudam recorrer à Justiça para impedir a substituição de quatro térmicas. Anace (Associação Nacional dos Consumidores de Energia) e Ides (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) classificaram como "lamentável" e "deplorável" a decisão da Aneel que permite à Ambar usar energia da térmica de Cuiabá, já pronta, para cumprir os contratos.

O leilão contratou 775,8 MW (megawatts) a um custo total de R\$ 39 bilhões, com o objetivo de garantir a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas. Até o momento, só uma usina entrou em operação. "É lamentável a justificativa do diretor Efraim Pereira da Cruz [relator do caso] de que a decisão atende ao interesse público", disse o diretor presidente da Anace, Carlos Faria. "O processo é totalmente irregular, pois as regras do leilão exigiam que os empreendimentos fossem novos."

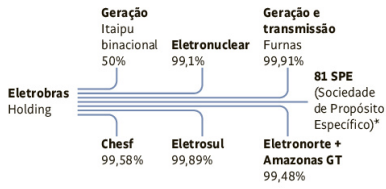
"Não faz sentido que os projetos inviáveis contratados no leilão sejam substituídos por usinas existentes", disse o coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Ides, Anton Schwytzer. "O setor elétrico questiona ainda o alto custo da contratação, que tem um valor médio de energia de R\$ 1.560 por MWh (megawatt-hora), mais de sete vezes o valor alcançado no leilão, que foi de R\$ 210 por MWh em 2019.

Enquanto opera como backup, a térmica de Cuiabá vai receber R\$ 616,03 R\$/MWh, um valor inferior ao leilão e ao do mercado para projetos de gás semelhantes. Por causa da guerra, o preço do gás teve repique e um projeto do gênero ficaria acima de R\$ 3.000.

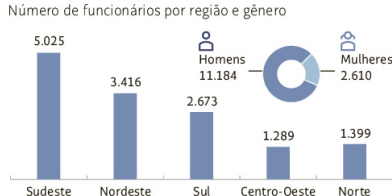
No entanto, o valor é considerado elevado comparado com outras fontes ou com a média atual, com os reservatórios das hidrelétricas cheios. A projeção é que o preço da energia no mercado à vista neste ano fique abaixo de R\$ 60/MWh.

Raio-X da Eletrobras

A Eletrobras, maior holding do setor elétrico na América Latina, controla 6 subsidiárias, é a principal patrocinadora do Cepel (Centro de Pesquisa de Energia Elétrica) e em nome do governo brasileiro detém metade da Itaipu Binacional

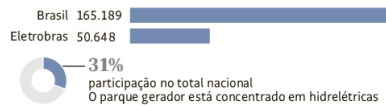


A empresa tem cerca de **13 mil funcionários** em todas as regiões do país, com forte presença masculina

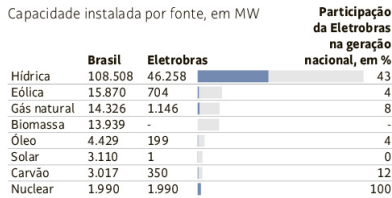


Na geração

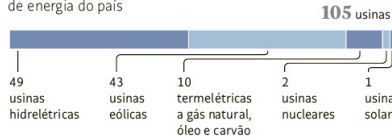
A empresa responde por quase um terço da capacidade instalada do sistema de geração de energia do Brasil



Capacidade instalada por fonte, em MW



O patrimônio inclui as maiores usinas de geração de energia do país



A maior parcela das usinas pertencem totalmente à Eletrobras



Entre os maiores projetos hidrelétricos destacam-se

Projeto	Localização	Capacidade (MW)
Belo Monte	Altamira (PA)	11.230 MW
Tucuruí	Tocantins (PA)	8.340 MW
Itaipu (Binacional)	Foz do Iguaçu (PR)	7.000 MW (parcela do Brasil)
Complexo Paulo Afonso	Paulo Afonso (BA)	4.279 MW
Jirau	Porto Velho (RO)	3.750 MW
Santo Antônio	Porto Velho (RO)	3.568 MW
Xingó	Entre Piranhas e Canindé do São Francisco (AL e SE)	3.162 MW
Itumbiara	Entre Itumbiara e Araporá (GO e MG)	2.082 MW

Na transmissão

A Eletrobras é a maior empresa de transmissão de energia elétrica do país, sendo responsável por quase metade das linhas com alta tensão***



*Balanço do terceiro trimestre de 2021. **Inclui metade da capacidade instalada de Itaipu. ***Tensão maior ou igual a 230 kV. Fontes: Relatório Anual da Eletrobras de 2020 e site da empresa e subsidiárias

Entenda o que é a Eletrobras e como será a privatização

Trabalhador poderá usar metade dos recursos do FGTS para comprar ações

O que prevê a privatização da Eletrobras

SALVADOR E BRASÍLIA Responsável por quase um terço da capacidade de geração de energia do Brasil, a Eletrobras, em vias de ser privatizada, é a maior empresa de energia da América Latina. Com 105 usinas e 13 mil funcionários em todas as regiões do país, a empresa responde por 44% do sistema de transmissão nacional.

Na quarta (18) o TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou o processo de privatização da estatal, abrindo caminho para uma das maiores operações em Bolsa na história brasileira. O plano é obter R\$ 67 bilhões ao abrir mão do controle da Eletrobras, divididos entre outorgas pagas à vista à União, um depósito à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e investimentos na bacia do rio São Francisco.

A oferta busca diluir a participação da União, que precisa cair de 72% para 45%, arrecadar recursos para pagar outorga ao Estado e transformar a empresa numa corporação. Nenhum acionista poderá ter mais de 10% do total das ações.

Estão previstas ofertas prioritárias para já acionistas, empregados e aposentados. Haverá espaço para operadores institucionais e pequenos investidores. Como ocorre em outras privatizações, será possível usar metade dos recursos depositados no FGTS, via fundos, para participar da oferta. Agora, o governo corre contra o relógio para fazer a operação. A data limite seria em meados de agosto, considerando o prazo legal de operações após a divulgação de balanços. A aproximação do calendário eleitoral também tende a aumentar a tensão entre investidores e pode inviabilizar o processo.

TCU pede ajustes que podem elevar preço de capitalização

Alexa Salomão

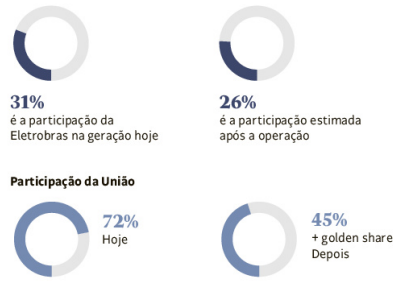
BRASÍLIA Na reta final da privatização, a Eletrobras tem ajustes para fazer determinados pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Segundo os ministros da corte, as recomendações devem estar concluídas até a precificação do papel, momento em que o valor da ação é fixado.

As determinações alteram critérios da modelagem usada para definir o preço e, na avaliação de quem acompanha o processo, tornam a empresa mais atraente e podem elevar o valor da oferta. Será preciso ajustar as premissas macroeconômicas para ajustá-las aos critérios do BC. Ou seja, atualizar indicadores como IPCA e Selic. A corte também pediu mudanças na curva de custos, incluindo atualização do custo de manutenção da energia eólica.

O relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, determinou ao BNDES que faça ajuste nos critérios preço de longo prazo utilizados na projeção das receitas de geração. A seu ver, a Eletrobras privatizada terá grande poder de mercado e, por isso, não vai entrar em competição e vender sua energia pelo preço das fontes de menor custo.

O relator não sugere novo referencial de preço de longo prazo, apenas diz ao BNDES que faça a alteração.

A companhia deixa de controlar Eletronuclear, dona de Angra 1 e Angra 2, e Itaipu, que serão transferidas para uma nova estatal, a ENBPar. A mudança reduz a participação de mercado da nova empresa



R\$ 67 bilhões por abrir mão do controle da companhia



- Subsídio a térmicas a carvão
- Contratação de térmica a gás no interior do país
- Construção de gasodutos para levar o gás ao interior
- Construção de linhas de transmissão para escoar energia das térmicas no interior
- Prorrogação do Proinfra, programa de energias alternativas

R\$ 25 bilhões é o valor estimado para arrecadação via emissão de ações e ADR em bolsas

R\$ 6 bilhões podem ser reservados para compras com FGTS

A operação pode movimentar entre **R\$ 23 bilhões** e **R\$ 28 bilhões** pelas projeções

R\$ 5 mil é o valor mínimo que um investidor pode aportar para entrar na operação

10% do total das ações é o máximo que um único acionista pode adquirir



Fontes: Proposta da administração para a assembleia extraordinária de acionistas que aprovou a privatização e relatórios dos bancos BTG e UBS

Passos da operação

- Medida provisória sobre o processo **(concluído)**
- Lei decorrente da medida provisória **(concluído)**
- Estudos **(concluído)**
- Audiência pública **(concluído)**
- Aprovação pelos acionistas **(concluído)**
- Protocolo no TCU **(concluído)**
- Julgamento do TCU **(concluído)**

O QUE FALTA

- Oficializar deliberações dentro do BNDES e do governo
- Protocolar da operação na CVM e na SEC
- Lançar a oferta, tomando como base os resultados do primeiro trimestre de 2022; os prospectos já estão sendo atualizados
- Promover o road show, como se chamam visitas a investidores para apresentação da empresa, que será mais curto porque houve um trabalho anterior e há pressa para chegar a emissão
- Precificar o papel ("pricing")
- Realizar a operação, nas Bolsas do Brasil e de NY

O ponto considerado mais sensível, que deve ser incluído no cálculo, é que, ao final do contato de concessão, a União irá ressarir a Eletrobras pelos investimentos em transmissão que não estejam amortizados. Segundo detalhe apresentado em seu voto pelo ministro Walton Alencar Rodrigues, a Eletrobras não o vence um único leilão de geração ou de transmissão desde 2014. Relatório dos autos indica que, em 2011, a Eletrobras detinha 36% de participação na oferta de energia e 58% da rede de transmissão. Em 2021, a participação caíra para 30% e 40%, respectivamente. A expectativa é que esse quadro mude sob a gestão privada, e a garantia de ressarcimento é um incentivo a isso.

POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

ALINHAMENTO Guedes diz seguir com presidente em eventual 2º mandato
www.atarde.com.br/politica
CRISE Declaração foi feita durante o congresso Mercado Global de Carbono, no Rio de Janeiro

Jair Bolsonaro minimiza alta do preço dos combustíveis no Brasil

DA REDAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, nesta quinta-feira, 19, que todos os países vivem alta nos preços de alimentos e combustíveis, mas, segundo ele, o Brasil é o que menos sofre com o problema. Ao contrário do que afirma o chefe do Executivo, situação do país só é melhor, no G20, do que a enfrentada na Argentina e na Turquia.

A declaração foi feita durante o congresso Mercado Global de Carbono, que acontece no Rio de Janeiro. Na ocasião, o presidente disse ser o único chefe de Estado do mundo com visão "diferente" sobre a crise da Covid.

"Nós vivemos um problema no mundo, e no Brasil não está diferente – apesar de eu ser o único chefe de Estado do mundo que tinha uma visão diferente de como deveríamos tratar a pandemia. Lamentavelmente, o STF tirou de mim esse que seria o meu direito".

A declaração refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal, que apenas dividiu entre estados, municípios e a União a responsabilidade pelas decisões sobre os protocolos sanitários na pandemia.

Na ocasião, Bolsonaro voltou a criticar a "política do fique em casa, e a economia



Sergio Lima / AFP

Em seu primeiro mandato, o presidente Jair Bolsonaro busca a reeleição este ano

Presidente afirma possuir "visão diferente" no enfrentamento à pandemia

a gente vê depois". Os dados da mortalidade da Covid no Brasil colocam o país entre as piores nações nesses dados. "Preço dos combustíveis, preço dos alimentos... Mas o Brasil é o que menos sofre esse problema no mundo", disse o presidente.

Apesar do que diz o presidente, o Brasil terá, segun-

do projeção da OCDE, a terceira pior taxa de inflação no grupo das vinte maiores economias do globo, ficando atrás apenas de Argentina e Turquia.

Ataques ao TSE

Ainda no evento, presidente deu mais um passo na crise que tem buscado alimentar

PRIMEIRO TURNO

Marinho afasta chance de aliança de Neto com presidente

DA REDAÇÃO

O deputado federal Márcio Marinho (Republicanos-BA) quebrou o silêncio sobre o apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), em entrevista na manhã de ontem, à rádio Salvador FM.

"Aqui na Bahia, o Republicano vai apoiar a candidatura à reeleição de Bolsonaro, até por conta da orientação da nacional. ACM Neto tem as suas razões, identificadas por pesquisa qualitativa, da dificuldade de atrelar a imagem dele a Bolsonaro", disse Marinho, que em entrevista na legenda na Bahia e vice-presidente nacional.

Sua aliança com ACM Neto (União Brasil), que é antiga, o coloca como um dos cotados a ser o vice do ex-prefeito de Salvador na disputa pelo Governo do Estado.

Sem possibilidade

Ainda assim, Marinho descartou qualquer possibilidade de o pré-candidato a governador do UB ter aliança com Bolsonaro no primeiro turno das eleições. "Até porque há a candidatura de João Roma, do PL, pré-candidato a governador. Se alguma aliança tiver que acontecer, só no segundo turno", alegou.

BENEFÍCIO

Auxílio vira permanente e João Roma comemora

DA REDAÇÃO

O pré-candidato ao governo estadual pelo PL, o deputado federal João Roma, usou as suas redes sociais para comemorar a sanção presidencial que tornou o Auxílio Brasil permanente. "Excelente notícia. Não tem mais como voltar atrás! O presidente Bolsonaro sancionou o projeto de lei que torna permanente o Auxílio Brasil, garantindo o mínimo de R\$400 reais para milhões de famílias brasileiras", anunciou o ex-ministro da Cidadania, em vídeo.

O programa foi implementado na gestão do parlamentar quando estava na

pasta ministerial. Ele também foi o relator do projeto que se transformou, com a sanção do presidente da República, na Lei 14.342/22, em vigor a partir desta quinta. Ainda no vídeo, Roma destacou que "na Bahia mais de dois milhões de famílias estão contempladas no programa".

"Grande salto"

Para o ex-ministro titular da Cidadania, o Auxílio Brasil "não é apenas um grande passo, é um grande salto no caminho de um Brasil com mais justiça social". No vídeo, Roma declarou ter orgulho por ter liberado a implementação do benefício.



Reprodução

Roma chefiou Ministério da Cidadania no governo
CHAPA GOVERNISTA

Vasconcelos projeta PCdoB mais forte na BA

LUCAS FRANCO

Após as primeiras informações de que poderia ser o suplente na chapa de Otto Alencar (PSD), senador que tentará a reeleição este ano, o vereador de Salvador, Augusto Vasconcelos (PCdoB), confirmou ao grupo A TARDE que o martelo ainda não foi batido sobre o assunto, mas que aguarda com expectativa o anúncio formal. "O governador [Rui Costa] avaliou positivamente, o senador [Otto Alencar] também, todos os partidos da base aliada acham que meu nome é um nome positivo para a chapa", disse.

Para o atual líder da oposição na Câmara Municipal de

Salvador, as projeções são positivas para sua legenda também em próximos pleitos. "O PCdoB almeja sim ocupar um espaço na chapa majoritária. Acreditamos que somos um partido que tem dado sustentação ao Governo Rui Costa e enfrentando as batalhas que são colocadas para defender o Brasil, com o time de Lula, e merecemos maior valorização e reconhecimento".

No entanto, o vereador frisou que a prioridade é derrotar o presidente. "Fundamentalmente, o PCdoB não pensa apenas em si, ele pensa em um projeto maior. De disputa de rumos do Brasil. Nosso foco principal esse ano é derrotar Bolsonaro", disse.

GASTRONOMIA

O MELHOR SUNSET DE SALVADOR.
VISTA 180° DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS COM DRINKS, PETISCOS E SHOWS.

LARGO DOS AFLITOS, 2 DE JULHO
INFORMAÇÕES: INSTAGRAM @BAIA.SUNSET.BAR

ASSINANTES DO **CLUBE A TARDE** TÊM **20%** DE DESCONTO

CHANNING TATUM

DOG

A AVENTURA DE UMA VIDA

19 DE MAIO EXCLUSIVAMENTE NOS CINEMAS

Conselho diz que impacto de mudança no ICMS pode chegar a R\$ 100 bilhões ao ano para Estados

Comitê que reúne os secretários estaduais de Fazenda deve estudar a constitucionalidade da proposta que será votada na Câmara dos Deputados

Por Marta Watanabe, Valor — São Paulo

19/05/2022 19h01 · Atualizado há 15 horas

O **Comsefaz**, comitê que reúne os secretários estaduais de Fazenda, deve estudar a legalidade e constitucionalidade da proposta para estabelecer a alíquota máxima de 17% no **ICMS** sobre **combustíveis, energia elétrica e transporte coletivo**. O impacto da medida poderá chegar a R\$ 100 bilhões ao ano, segundo os Estados.

O presidente da **Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que pautará na terça-feira (24) o projeto de lei**. A proposta do deputado Danilo Forte (União-CE) enquadra alguns bens e serviços, como água, combustíveis e energia, como bens de primeira necessidade no Código Tributário Nacional. Com isso, terão alíquota máxima de ICMS de 17%. Cada Estado tem autonomia para aplicar a alíquota que achar adequada e muitos cobram acima de 30% nos combustíveis e energia.

Décio Padilha, secretário de Fazenda de Pernambuco e presidente do **Comsefaz**, diz que os Estados não suportarão o impacto da redução de alíquotas. Ele lembra ainda que 25% da arrecadação do ICMS é repassada aos municípios. Segundo o secretário, o comitê deve estudar com profundidade o texto do projeto de lei para verificar se é constitucional e se não há violação à aplicação do princípio da seletividade.

O assunto, diz ele, “apareceu hoje” e o “Comsefaz precisa estudar com profundidade a legalidade deste projeto perante a Constituição e os respectivos impactos nos estados. O impacto poderá chegar a R\$ 100 bilhões ano. Estamos finalizando as contas”, diz Padilha.



Décio Padilha, secretário de Fazenda de Pernambuco e presidente do Comsefaz — Foto: Nando Chiappetta/Alepe

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias!

CI-ACTIVE

Clique aqui

LINK PATROCINADO

Idosos em Salvador conseguiram aliviar dores nas costas com este produto!

CI-ACTIVE

Compre agora

LINK PATROCINADO

Cravos e espinhas no rosto? Isso pode removê-los em segundos, sem esforço

DERMA CLEAN

LINK PATROCINADO

Você tem sorte? Saiba como funciona a caixa de eletrônicos reembalados muito mais baratos



Por Claudia Safatle

Trabalhou na Gazeta Mercantil por 18 anos, foi repórter especial da Folha, diretora do JB, assessora do Banco Central e diretora-adjunta de redação do Valor

O que fazer com os preços dos combustíveis?

Analistas estão aflitos com uma possível explosão dos preços do diesel no segundo semestre

20/05/2022 05h00 · Atualizado há 6 horas

A última iniciativa concreta para fazer frente à elevação dos preços dos combustíveis foi no governo de Michel Temer. Emparedado pela greve dos caminhoneiros, o governo criou o Programa de Subvenção Econômica à Comercialização do Óleo Diesel, destinado a reduzir o preço do litro do diesel em R\$ 0,46, sendo que R\$ 0,16 seriam cortados mediante a diminuição de impostos e os outros R\$ 0,30 seriam por subsídios à Petrobras (preços nas refinarias).

O programa teve início em 30 de maio de 2018 e encerrou-se em 31 de dezembro do mesmo ano. Custou aos cofres públicos R\$ 4,8 bilhões, desembolso bem menor do que os R\$ 9,5 bilhões estipulados originalmente, porque os preços do petróleo no mercado internacional caíram. É bom que se diga que não é pecado subsidiar algum produto desde que seja feito de forma transparente e, de preferência, por um determinado prazo.

Desde então, o governo fica indignado com os preços dos combustíveis que estão nas alturas, briga com a paridade de preços internacionais e ameaça privatizar a Petrobras, mas, de concreto mesmo, nada fez a não ser a troca de presidentes da companhia petrolífera estatal e de ministro das Minas e Energia. Troca de nomes que

de pouco adianta para enfrentar o problema real, que é o dos preços dos combustíveis que sobem sem dó desde o ano passado, pressionando ainda mais a inflação, que já está em 12,13% no acumulado em 12 meses até abril.

Possível explosão do preço do diesel deixa analistas aflitos

A greve dos caminhoneiros também levou o governo a estudar, de fato, a criação de um fundo que amenizaria os movimentos bruscos de alta de preços. Os preços internacionais caíram e o assunto ficou esquecido. O fundo poderia ser capitalizado com parte dos recursos dos dividendos que a estatal paga aos acionistas, sobretudo à União, ou mesmo com a cobrança de um imposto sobre as exportações de petróleo. Há várias propostas, inclusive de uma Cide (Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico), que aumentaria quando o preço do produto está baixo e cairia quando o preço do óleo sobe. Assim, arrecada-se mais quando os preços estão baixos para gastar quando eles estiverem em alta, amenizando os movimentos altistas abruptos.

O menos aconselhável, ao que parece, é desvincular a política de preços do petróleo da paridade internacional. A história recente comprova que o custo de uma intervenção do governo na política de preços da estatal é pesado. A última vez que isso aconteceu foi durante governo Dilma Rousseff, que manteve os preços sob controle e produziu um rombo nas contas da petroleira que o escândalo da Lava-Jato virou fichinha, na comparação. Trocar a paridade por algum tipo de subsídio é uma solução incompatível com a abertura do mercado do óleo. Tal solução só faria sentido se voltasse a situação de monopólio da Petrobras, o que é ilegal.

Não se trata, aqui, de uma condição só do petróleo, mas de qualquer commodity. Vender combustíveis no mercado doméstico abaixo do preço internacional leva as empresas a pararem de importar o produto, colocando em risco o abastecimento interno.

Outra ideia que parece meio estapafúrdia é a que pretende derrubar o lucro da Petrobras, sob o argumento de que as grandes petroleiras do mundo como Exxon, Shell e Chevron não lucraram como a Petrobras. Felizmente a estatal brasileira não operava na Rússia, em guerra com a Ucrânia, e não teve que dar baixa em ativos de lá como as grandes companhias tiveram que fazer.

Reduzir o lucro da estatal é simples. Basta adotar o regime de controle de preços da então presidente Dilma, obrigando a empresa a vender combustíveis no mercado interno abaixo do preço externo.

Analistas do mercado de petróleo estão aflitos com as perspectivas que se desenham no segundo semestre para o abastecimento de diesel e espera-se que o novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida esteja preparando medidas para enfrentar a situação.

Há a expectativa de um aumento considerável dos preços do óleo diesel por uma combinação perversa de fatores. Os mais pessimistas estão antecipando que haverá sérios problemas, inclusive, de desabastecimento desse mercado.

Isso porque o nível dos estoques já estariam 25% abaixo do padrão histórico. A China, em algum momento, vai sair do lockdown provocado pela pandemia da covid-19 e vai votar a demandar mais diesel. O embargo da Rússia, decorrente da guerra com a Ucrânia, não tem data para acabar, e ela é a maior produtora de diesel.

Soma-se a isso o fato de que começa no segundo semestre a temporada de furacões nos EUA, o que leva ao fechamento temporário das grandes refinarias. Enfim, o cenário que aflige os analistas do mercado de petróleo é de que poderá haver uma explosão de preços do diesel a partir de julho.

Agora, uma coisa é certa: se houvesse uma maneira melhor de precificar o petróleo que não seja pelos preços internacionais, o mundo já teria dado um jeito.

Claudia Safatle é jornalista da equipe que criou o Valor Econômico e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias!

CI-ACTIVE

[Clique aqui](#)

Presidente da Câmara pautará terça-feira projeto que reduz ICMS dos combustíveis e energia

Texto enquadra alguns bens e serviços, como água, combustíveis e energia, como bens de primeira necessidade no Código Tributário Nacional, e com isso, terão alíquota máxima do tributo de 17%

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro, Valor — Brasília

19/05/2022 11h19 · Atualizado há 23 horas

O **presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL)**, disse que pautará na terça-feira (24) o projeto de lei que reduz a alíquota do ICMS dos combustíveis, energia elétrica e transporte coletivo para no máximo 17%. Hoje os Estados são livres para definir o valor. “Esse plenário terá a oportunidade de realmente dar um passo decisivo para contribuir com o abuso dos impostos no que se refere a telecomunicações, energias, combustíveis e transportes”, afirmou.

Em plenário, Lira afirmou que fará reuniões com os partidos de oposição, às 8h, e governistas, às 12h, de terça-feira para tratar do tema. Na noite desta quarta-feira (18), a Câmara aprovou requerimento de urgência ao projeto em votação simbólica.

- **Leia mais:**
- **Governo restringe créditos de PIS e Cofins sobre diesel**
- **Bolsonaro corrige lei que permitia crédito tributário por imposto zerado**
- **Entenda o que o governo Bolsonaro faz com o lucro da Petrobras**

- **Governo estuda novos benefícios a caminhoneiros para compensar alta do diesel**

O projeto do deputado Danilo Forte (União-CE) enquadra alguns bens e serviços, como água, combustíveis e energia, como bens de primeira necessidade no Código Tributário Nacional. Com isso, terão alíquota máxima de ICMS de 17%. Cada Estado tem autonomia para aplicar a alíquota que achar adequada e muitos cobram acima de 30% nos combustíveis e energia.

Lira disse que organizará “republicanamente” uma saída para combater a inflação e que buscará apoio do Judiciário, do Executivo e da sociedade à proposta. “Aí vamos ver num debate altivo a participação da Câmara, do Senado e de outros Poderes para que a gente desonere e diminua os impostos sobre esses setores que se tornaram essenciais, emendando uma lei de 1966. Aí teremos uma real clareza de quem quer diminuir preço de combustível, energia, transporte e telecomunicações no Brasil”, afirmou.

PETROBRAS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias!

CI-ACTIVE

Clique aqui

LINK PATROCINADO

Método antigo pode te fazer dormir a noite toda!

SONOTRIL | NOITES INCRÍVEIS

LINK PATROCINADO

Cravos e espinhas no rosto? Isso pode removê-los em segundos, sem esforço

DERMA CLEAN

LINK PATROCINADO

Você tem sorte? Saiba como funciona a caixa de eletrônicos reembalados muito mais baratos

MISTERY BOX

LINK PATROCINADO

Presidente do Consefaz diz que Estados não suportarão

Décio Padiilha diz que Estados repassam recursos da alíquota de 25% aos municípios

Por Marta Watanabe — De São Paulo

20/05/2022 05h00 · Atualizado há 6 horas

O Comsefaz, comitê que reúne os secretários estaduais de Fazenda, deve estudar a legalidade e constitucionalidade da proposta para estabelecer a alíquota máxima de 17% no ICMS sobre combustíveis, energia elétrica e transporte coletivo. O impacto da medida poderá chegar a R\$ 100 bilhões ao ano, segundo os Estados.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que pautará na terça-feira (24) o projeto de lei. O projeto do deputado Danilo Forte (União Brasil-CE) enquadra alguns bens e serviços, como água, combustíveis e energia, como bens de primeira necessidade no Código Tributário Nacional. Com isso, terão alíquota máxima de ICMS de 17%. Cada Estado tem autonomia para aplicar a alíquota que achar adequada e muitos cobram acima de 30% nos combustíveis e energia.

Décio Padiilha, secretário de Fazenda de Pernambuco e presidente do Comsefaz, diz que os Estados não suportarão o impacto da redução de alíquotas. Ele lembra ainda que 25% da arrecadação do ICMS é repassada aos municípios. Segundo o secretário, o comitê deve estudar com profundidade o texto do projeto de lei para verificar se é constitucional e se não há violação à aplicação do princípio da seletividade.

O assunto, diz ele, “apareceu hoje” e o “Comsefaz precisa estudar com profundidade a legalidade deste projeto perante a constituição e os respectivos impactos nos

estados. O impacto poderá chegar a R\$ 100 bilhões ano. Estamos finalizando as contas”, diz Padilha.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias!

CI-ACTIVE

Clique aqui

LINK PATROCINADO

Cravos e espinhas no rosto? Isso pode removê-los em segundos, sem esforço

DERMA CLEAN

LINK PATROCINADO

O que as aeromoças notam sobre você em 3 segundos

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Idosos em Salvador conseguiram aliviar dores nas costas com este produto!

CI-ACTIVE

Compre agora

LINK PATROCINADO

Você tem sorte? Saiba como funciona a caixa de eletrônicos reembalados muito mais baratos

MISTERY BOX

LINK PATROCINADO

Pense duas vezes antes de visitar Dubai. Esse é o real motivo

INVESTING.COM

Volkswagen começa a produzir a nova Kombi elétrica; lançamento na Europa será em março

UM SÓ PLANETA

Volta do Fusca? "Clone" elétrico chinês é registrado no Brasil

UM SÓ PLANETA